



Anais da Assembléia

Nº 84

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUILIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berardin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Algaci Omário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademir Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Melo; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 61.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1993
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, e Rossoni (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ovídio Constantino e Toti Colaço (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagens:

MENSAGEM N° 034/93

Curitiba, 23 de junho de 1993.
 Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que

objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos da Lei n° 10.331, de 09 de junho de 1993, promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores da Administração Direta e Autárquica, bem como a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste geral aos vencimentos do funcionalismo estadual, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Visa, ainda, autorizar o Poder Executivo baixar decreto incorporando o abono concedido ao Magistério e fixando as tabelas com os vencimentos decorrentes da medida ora proposta.

A medida constante do plano de lei agora submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, consubstancia o resultado de estudos conjuntos feitos pelas Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento, cujas conclusões, como não poderia deixar de ser, tiveram por limite a atual situação do erário estadual e as previsões da receita do Estado para os próximos meses.

Esta proposição demonstra o grande esforço e a constante preocupação do Governo do Estado em assegurar ao funcionalismo civil e militar do Estado níveis remuneratórios justos e atualizados, mas, obviamente, atendendo os preceitos da Magna Carta Federal (art. 169 e art. 38/DT), que impõem limitações aos gastos com a folha de pagamento da remuneração dos servidores públicos de todas as esferas de governo, obedecendo, ainda, o que determinam os arts. 137 e 17/DT, da Constituição Estadual, especificamente em relação às despesas com o funcionalismo do Estado do Paraná.

A política de remuneração dos servidores através de reajustes lineares, satisfaz temporariamente algumas categorias, mas, entretanto, não resolve o problema uma vez que as diferenças salariais não são devidamente corrigidas. Vão apenas se mantendo.

Assim, as medidas que vêm sendo tomadas pelo atual Governo visam aproximar entre si a remuneração praticada nas diversas categorias funcionais.

A título de exemplo, as providências tomadas permitiram a autarquização das Fundações e o estabelecimento de uma Tabela Salarial Única para os servidores pertencentes ao Quadro Geral do Estado, trazendo para o controle do Estado, inclusive as Universidades Estaduais.

Só após corrigidos os desníveis salariais e efetuados os ajustes necessários é que se poderá estabelecer uma política salarial isonômica, como preconiza a Lei n° 10.331, de 11 de junho de 1993.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e

consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos Servidores da Administração Direta e Autárquica, cuja implantação será efetuada em até 3 (três) parcelas iguais, de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Geral do Estado.

Parágrafo Único - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual alcançam, no mesmo percentual e data de vigência, os valores resultantes do ajuste a que alude o "caput" deste artigo.

Art. 2º - Fica, também, o Poder Executivo autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste geral ao funcionalismo estadual, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Art. 3º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a incorporar o abono provisório de que trata a Lei nº 9.701, de 11 de dezembro de 1991, aos vencimentos do Magistério Público Estadual de 1º e 2º graus.

Art. 4º - O Poder Executivo fixará, mediante decreto, tabelas de vencimentos relativas à presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 035/93

Curitiba, 23 de junho de 1993.

Senhor Presidente.

Com respaldo nos mandamentos contidos no art. 53, inciso VIII e art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, modificada pela de nº 19, de 29 de dezembro de 1983, assim como adotar outras providências.

A medida constante do Plano de Lei em exame, que consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Esta-

do da Administração e da Segurança Pública, e justifica-se plenamente através do texto, adiante transcrito, do Ofício nº 558/93, desta data, que me foi encaminhado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração.

Encaminho a Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei Complementar, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 Estatuto da Polícia Civil, alterada pela Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983, e adota outras providências.

Com a medida legal em referência, as carreiras de Detetive, Agente de Segurança e Carcereiro serão extintas e seus ocupantes passarão a integrar a carreira de Investigador de Polícia, que terá como requisito para ingresso a escolaridade de 2º grau completo, conforme o contido no Decreto nº 1029, de 23.12.91.

Vale destacar o fato de que a nova carreira de Investigador de Polícia terá número de cargos exatamente igual à soma daqueles das carreiras extintas, o que significa dizer que nenhum novo cargo estará sendo criado no Quadro da Polícia Civil do Estado.

A reavaliação das carreiras e escalonamento da classe na carreira de Investigador de Polícia têm por objetivo ajustar a estrutura dos cargos da Polícia Civil à Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Os artigos 9º, 10 e 13 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, alterada pela Lei Complementar nº 19, de 29 de Dezembro de 1983, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º - São agentes de autoridade policial:

- I - os Comissários de Polícia (em extinção);
- II - os Investigadores de Polícia; e
- III - os Inspetores de Quarteirão".

"Art. 10 - São auxiliares de autoridade policial:

- I - os Médicos Legistas;
- II - os Peritos Criminais;
- III - os Peritos Legais;
- IV - os Toxicologistas;
- V - os Escrivães de Polícia;
- VI - os Peritos Policiais (em extinção);
- VII - os Datiloscopistas;
- VIII - os Técnicos em Telecomunicações Policiais;

- IX - os Técnicos em Manutenção Policial;
- X - os Identificadores Datiloscópicos;
- XI - os Operadores em Telecomunicações Policiais;
- XII - os Auxiliares de Manutenção Policial; e
- XIII - os Auxiliares de Necrópsia".

"Art. 13 - São Carreiras Policiais:

- I - Delegado de Polícia;
- II - Comissário de Polícia (em extinção);
- III - Investigador de Polícia;
- IV - Médico Legista;
- V - Perito Criminal;
- VI - Químico Legal;
- VII - Toxicologista;
- VIII - Escrivão de Polícia;
- IX - Perito Policial (em extinção);
- X - Datiloscopista;
- XI - Técnico em Telecomunicações Policiais;
- XII - Técnico em Manutenção Policial;
- XIII - Identificador Datiloscópico;
- XIV - Operador em Telecomunicações Policiais;
- XV - Auxiliar de Manutenção Policial; e
- XVI - Auxiliar de Necrópsia".

Art. 2º - A carreira de Detetive passa a denominar-se Investigador de Polícia, e absorverá os direitos, deveres, prerrogativas e atribuições das carreiras de Carcereiro e Agente de Segurança.

Art. 3º - Os atuais ocupantes da 4ª Classe da Carreira de Detetive, passam a integrar a 3ª Classe da Carreira de Investigador de Polícia.

Art. 4º - Os atuais ocupantes da 3ª Classe da Carreira de Detetive, passam a integrar a 2ª Classe da Carreira de Investigador de Polícia.

Art. 5º - Fica extinta a Carreira de Agente de Segurança, passando seus atuais ocupantes a integrar a 4ª Classe da Carreira de Investigador de Polícia.

Art. 6º - Fica extinta a Carreira de Carcereiro, passando seus atuais ocupantes a integrar a 5ª Classe da Carreira de Investigador de Polícia.

Art. 7º - O anexo I de que trata o artigo 290, da Lei Complementar nº 14/82, alterado pela Lei Complementar nº 19/83, passa a vigorar com a composição do Anexo I, desta Lei.

Art. 8º - O Anexo III, de que trata o artigo 292 da Lei Complementar nº 14/82, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Técnico em Manutenção Policial:

- Orientação, supervisão, controle e execução de serviços gerais de manutenção e reparos de veículos, de equipamentos de segurança e outros necessários, para o perfeito funcionamento das diversas unidades policiais.

- Requisitos:

2º grau completo (Técnico ou equivalente), acrescido de curso específico ou experiência comprovada nos termos do solicitado no edital do concurso.

- Auxiliar de Manutenção Policial:

Execução de serviços gerais de manutenção e reparos de veículos, de equipamentos de segurança e outros necessários, para perfeito funcionamento das diversas unidades policiais.

- Requisitos:

1º grau completo, acrescido de curso específico ou experiência comprovada nos termos do solicitado no edital do concurso.

Art. 9º - Todos os servidores aposentados deverão ser informados do teor da presente Lei, em especial da possibilidade de realização da opção das alterações referidas nos artigos 5º e 6º mediante informes por rádio e televisão, oficialmente individualizado, comunicados escritos nos rodapés dos contracheques e avisos no locais de pagamentos dos proventos.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A N E X O I

QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL

Carreiras	Classes	N. Cargos
Delegado de Polícia	1a.	42
	2a.	84
	3a.	126
	4a.	160
		420
Investigador de Polícia	1a.	293
	2a.	586
	3a.	857
	4a.	500
	5a.	824
		3060
Médico Legista	1a.	8
	2a.	16
	3a.	24
	4a.	32
		80

				Pág. 65
Perito Criminal.	1a.	30	3a.	30
	2a.	32	4a.	40
	3a.	48		-----
	4a.	64		100
		160	Aux. de Necrópsia	1a. 6
Químico Legal	1a.	2	2a.	12
	2a.	4	3a.	18
	3a.	6	4a.	24
	4a.	8		-----
		20		60
Toxicologista	1a.	2	Comissário de Polícia e Perito Policial Classe Única (<u>extintas ao vagarem</u>).	
	2a.	4	----- À Diretoria Legislativa.	
	3a.	6	Ofícios:	
	4a.	8	OFÍCIO	
		20	Sob o n° ATCC 4080/93, do Senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil em exercício, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pela Deputada Emilia Belinati, ao Governador do Estado, sobre REGULAMENTAÇÃO DA LEI N° 9490, que institui o vale transporte para os Servidores Públicos Estaduais. Ao conhecimento da Deputada interessada.	
Escrivão de Polícia	1a.	72	Sob o n° 370/93, do Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, que de acordo com o Ofício n° 225/93, de 07 de maio passado, do Tribunal de Justiça e em face aos Termos da Mensagem Governamental n° 009/93, acompanhando o anteprojeto de lei sobre diretrizes para elaboração orçamentária do Estado para o próximo exercício, cujo art. 12, IV, insiste em limitar em seis por cento da receita líquida os recursos destinados ao Poder Judiciário, é que esclareço sobre os estudos que fizemos realizar, demonstrando a necessidade de elevação desse limite para 7,2% (sete vírgula dois por cento) para Manutenção da Atual Estrutura e 0,6% (zero vírgula seis por cento) para Expansão dos Serviços. Ao conhecimento da Casa.	
	2a.	144		
	3a.	216		
	4a.	280		
		720		
Datiloscopista	1a.	20		
	2a.	40		
	3a.	60		
	4a.	80		
		200		
Téc. em Tel. Pol.	1a.	3		
	2a.	6		
	3a.	9		
	4a.	12		
		30		
Téc. em Manut. Pol.	1a.	10		
	2a.	20		
	3a.	30		
	4a.	40		
		100		
Identific. Datilosc.	1a.	20		
	2a.	40		
	3a.	60		
	4a.	80		
		200		
Operador em Telec. Pol.	1a.	20		
	2a.	40		
	3a.	60		
	4a.	80		
		200		
Aux. em Manut. Pol.	1a.	10		
	2a.	20		

Senhor Presidente.

Cumpro o dever de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País no dia 27 de junho vindouro, estendendo a permanência no exterior no recesso parlamentar de julho.

Solicito que sejam tomadas as providências necessárias, legais e regimentais, no âmbito desta Casa Legislativa.

Aproveito a oportunidade para, uma vez mais, renovar protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

OFÍCIO N° 022/93

Senhor Presidente.

Tem este a finalidade de comunicar a Vossa Excelência e aos nobres parlamentares dessa Casa de Leis, que estarei ausente à sessão legislativa dos dias 23 e 24 de junho de 1993, uma vez que estarei participando da convenção nacional do PTB em Brasília.

Por essa razão peço justificar minhas faltas às sessões legislativas desses dias.

Sem outro particular, apresento a V.Exa. meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) JOSÉ ALVES

OFÍCIO N° 064/93-GP

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o, cordialmente, encargo as suas valiosas diligências o que exponho e solicito a seguir:

Em data de 10 de maio próximo a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou requerimento da lavra deste Parlamentar, solicitando informações do Exceletíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná sobre a "grilagem" de terras na Região Noroeste paranaense, conforme denúncias formuladas pelo Jornal do Estado.

Por meio do Ofício ATCC 4059/93, o Senhor Chefe da Casa Civil em Exercício enviou a esta Casa informação do Procurador do Estado, Senhor Manoel José Lacerda Carneiro.

Tal informação, como poderá ser observado pelo anexo, respondeu única e exclusivamente ao quesito de número 02 do Pedido de Informações, versando sobre uma execução provisória de julgado que tramita perante a 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba, em nome de Arthur Borges Maciel Filho e outros.

Restaram desprovidas de atenção as perguntas de números 01, 03, 04 e 05, que não estariam de qualquer forma prejudicadas pela resposta ao quesito n° 02.

Além disto, entendo que as demais formulações só poderiam ser respondidas pelo Senhor Governador Roberto Requião ou, no máximo, pelo Procurador Geral do Estado, porque tratam do pronunciamento oficial do Estado sobre a questão denunciada pela empresa sobre demandas judiciais pela posse de terras na Região Noroeste.

Diante disto, solicito as providências da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa para que o pedido de informações em epígrafe retorne ao Governo do Estado do Paraná e que, em determinado prazo, seja efetivamente respondido.

Esclareço que a não-aceitação da resposta encaminhada pela Casa Civil não importa em desconsideração ao Procurador do Estado que a lavrou, mas sim, no exercício do direito parlamentar de ter, do órgão acionado, as informações objeto de um requerimento aprovado pelo Plenário deste Poder Legislativo.

Certo da sua proverbial atenção, antecipo votos de sinceros agradecimentos, renovando expressões de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

OFÍCIO N° 066/93

Senhor Presidente.

Pelo presente e para os devidos fins, desejo comunicar a Vossa Excelência que durante o recesso parlamentar do mês de julho estarei em viagem ao exterior, ausentando-me desta Capital a partir do dia 28 corrente.

Ao ensejo apresento-lhe meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Gabinete

n° 470/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa. o anexo Anteprojeto de Lei, que objetiva autorizar o Procurador-Geral de Justiça a conceder reajuste de vencimento aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, no mês de julho do corrente exercício, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores, bem como a promover ajustes nas tabelas de vencimentos nos parâmetros do Poder Executivo.

No ensejo, reitero a V.Exa. os protestos de elevada estima e apreço, a par de minha consideração pessoal.

(a) ANTERO DA SILVEIRA

Procurador-Geral de Justiça,
em exercício

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Procurador-Geral de Justiça autorizado a promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, nos mesmos parâmetros a serem adotados pelo Poder Executivo, cuja implantação será efetuada em até 3 (três) parcelas iguais.

Parágrafo Único - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual alcançam, no mesmo percentual e data de vigência, os valores resultantes do ajuste a que alude o "caput" deste artigo.

Art. 2º - Fica também o Procurador-Geral de Justiça autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Art. 3º - O Procurador-Geral de Justiça fixará, mediante Ato, tabelas de vencimentos relativas à presente lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário.

OFÍCIO N° 1242/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Anteprojeto de Lei, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em julho de 1993.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA
Presidente em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Tribunal de Contas autorizado, nos termos da Lei n° 10.331, de 09 de junho de 1993, promover ajustes nas tabelas de vencimentos de seus servidores, cuja implantação será efetuada em até 03 (três) parcelas iguais, de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Geral do Estado.

Parágrafo Único - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual alcançam, no

mesmo percentual e data de vigência, os valores resultantes do ajuste a que alude o "caput" deste artigo.

Art. 2º - Fica, também, o Tribunal de Contas autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste geral aos seus servidores, ativos e inativos, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Art. 3º - O Tribunal de Contas fixará ato da Presidência, tabelas de vencimentos relativas à presente lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos.

OF. 1596/93/GAB/SETA

Curitiba, 24.06.93.

Senhor Presidente.

Em atenção ao Ofício n° 52/93, da Comissão de Constituição e Justiça referente ao Projeto de Lei n° 181/93 do Poder Executivo, encaminho as informações complementares ao processo de abertura de crédito suplementar no orçamento da FASPAR, no valor de Cr\$ 22.041.524.000,00 (vinte e dois bilhões, quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil cruzeiros), provenientes do superávit financeiro de 1992, solicitando a agilização no encaminhamento da questão, tendo em vista compromissos já assumidos.

Ao ensejo, reapresento protestos de estima e consideração.

(a) DEPUTADO DURVAL AMARAL
Secretário de Estado do
Trabalho e da Ação Social

SECRETARIA DO TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL

ANEXO AO OFÍCIO N° 1596/93-GAB/SETA

1 - O superávit no valor de Cr\$ 22.041.524.000,00, a que se refere o projeto, corresponde ao exercício financeiro de 1992.

A Lei n° 10.178/92, de 10.12.92, aprovou crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.229.216.000,00, no orçamento da FASPAR, proveniente do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da entidade referente ao exercício de 1991.

2 - O processo de suplementação orçamentária com recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 1992, foi encaminhado à Secretaria do Planejamento em 24.03.92 e previa reparos/construção/equipamentos para Clubes do Irmão

Caçula em 11 municípios do Estado. Considerando que os valores orçamentários não são reajustados de acordo com os índices da construção civil, que são superiores à inflação oficial e, que o custo unitário de cada implantação, a preços de junho é da ordem de Cr\$ 5.000.000.000,00, será possível viabilizar, no máximo, três clubes priorizados nos municípios de Nova Londrina, Colombo e Campina Grande do Sul.

3 - As unidades da FASPAR atendidas com a execução de reparos em suas instalações são:

RECURSOS-Cr\$ 1.000,00		
ESPECIFICAÇÃO	Próprios-FASPAR	Tes.do Est.
Educandário Sta. Felicidade	1.064.701	1.270.768
Centro de Estudo, Diagnóstico e Indicação de Tratamento - CEDIT	2.751.500	3.284.036
Centro de Reabilitação Adeodato Volpi-CRAV	582.653	695.422
Centro de Formação Profissional de Cpo. Comprido	1.642.954	1.960.938
Educandário São Francisco-Queiroz Filho	5.433.762	1.788.836
TOTAL	11.475.570	9.000.000
TOTAL GERAL	20.475.570	

Considerando que por ocasião do encaminhamento do processo as reformas nas unidades da Faspar eram de caráter emergencial, optou-se pelo remanejamento de outras rubricas, as quais são compensadas com esse processo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei n° 169/93, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 2188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 065/92, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, da Ordem do Dia, por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a V.Exa. justificativas, no sentido sejam abonadas suas faltas nos dias 28 e 29 do corrente, nas sessões plenárias, motivado por convites para solenidades em municípios de sua região.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 2243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco, dos Projetos dos Senhores Deputados, que tratem de declaração de Utilidade Pública e Título de Cidadania Honorária.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 2239

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, a V.Exa. o encaminhamento da presente proposição à Promotoria Especial de Defesa ao Meio Ambiente:

Considerando que, a abertura de 17 poços artesianos no Município de Almirante Tamandaré, e extração de água na razão de mais de um milhão de litros/hora, pela SANEPAR, provocou considerável desequilíbrio ambiental, com prejuízos para segurança e saúde da população que está expos-

ta a um colapso causado pelo adensamento do solo que, com as rachaduras produzidas já afetou mais de cinquenta imóveis, inclusive a Igreja Matriz do Município, como divulga hoje a imprensa local:

Considerando que a própria Sanepar, através de seu diretor técnico, Marco Antonio Cenovicz, reconhece que "o bombeamento foi o responsável pelos danos causados às construções localizadas na área próxima aos poços artesianos":

Considerando que, a Constituição do Estado do Paraná, tratando "Do Meio Ambiente", no art. 207, § 1º, dispõe: (para assegurar a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado) " § 1º - Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

V - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade;

VI - exigir a análise de risco para o desenvolvimento de pesquisa, difusão e implantação de tecnologia potencialmente perigosa";

Vem, pelo presente, Denunciar a degradação do meio ambiente, produzida pela Sanepar no Município de Almirante Tamandaré, e REQUERER na forma da lei, a responsabilização do referido órgão quanto aos danos causados e verificação se o mesmo cumpriu os dispositivos de segurança, determinados pela Constituição Estadual e acima transcritos.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2240

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental e com base na Constituição do Estado do Paraná, Capítulo V - Do Meio Ambiente - art. 207, REQUER, a V.Exa. o encaminhamento, ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, Dr. Eduardo Requião de Melo e Silva, da seguinte proposição:

- Conforme amplamente divulgado pela imprensa local (jornais desta data), a SANEPAR, no início de 1992, perfurou 17 poços artesianos no Município de Almirante Tamandaré e desses vêm bombeando "mais de um milhão de litros por hora dos poços sem qualquer interrupção" (Gazeta do Povo 23/06/93). Como consequência provocou o desequilíbrio ambiental através da rachadura do solo. E, segundo reconhece a própria SANEPAR, o bombeamento foi o responsável pelos danos às construções localizadas na área próxima aos poços artesianos",

que inclui prejuízos a mais de cinquenta imóveis - entre esses a Igreja local - matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

Segundo técnicos da área, existe indício de adensamento do solo e, desta forma, perigo de colapso ambiental, razão que nos leva a pedir medidas urgentes dessa Secretaria do Meio Ambiente, quanto ao cumprimento das normas constitucionais que exigem a realização de "estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação e operações de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente..." (art. 207, V-CEP).

Requer ainda que se proceda a estudos imediatos do impacto ambiental, já causado e que poderá ocorrer futuramente a continuar sendo, os 17 poços artesianos, sendo utilizados, na capacidade ora verificada, pela Sanepar.

Outrossim, requer que desta proposição seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito do Município de Almirante Tamandaré e a sua Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2241

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental e com fundamento na Constituição do Estado do Paraná e Código Penal Brasileiro, REQUER, a Vossa Excelência o encaminhamento, ao Sr. Stênio Jacob, Presidente da SANEPAR, da seguinte proposição:

Considerando que, conforme notícias amplamente divulgadas pela imprensa local, os moradores do Município de Almirante Tamandaré vêm sendo prejudicados em seus direitos constitucionais de segurança à vida e à saúde, em decorrência da quebra do equilíbrio ambiental produzida pela perfuração de dezessete poços artesianos, e utilização através da extração de água pela SANEPAR;

Considerando que, as rachaduras produzidas em mais de cinquenta imóveis do Município, além de outros danos às construções localizadas na área próxima aos poços artesianos, conforme reconhece a própria SANEPAR através de seu diretor técnico, Marco Antonio Cenovicz (Gazeta do Povo, pg. 60 - edição 24/06/93): "o bombeamento foi o responsável pelos danos";

Considerando que, a Constituição do Estado do Paraná é clara quando, tratando "Do Meio Ambiente" - art. 207, exige a realização de estudo prévio de impacto ambiental, para operação ou obra potencialmente causadora de degradação do meio ambiente;

REQUER, providências imediatas da

SANEPAR, visando a reparação dos danos causados aos proprietários de imóveis danificados, assim como da realização de estudos e análises tendentes à recuperação ambiental e defesa e preservação dos direitos de segurança às pessoas residentes na área de implantação dos poços artesianos.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, Votos de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor Germano Schubert, com 85 anos de idade, ocorrido dia 22 de junho do corrente, em Ponta Grossa.

O Senhor Germano Schubert era tradicional comerciante da cidade de Ponta Grossa, viúvo da Senhora Iracema Schubert.

Deixa uma lacuna não só nos corações de seus filhos Úrsula, Érica casada com Badi Esperidião e Eduardo casado com Rosi, como também, de seus 11 netos, 15 bisnetos e de seus inúmeros amigos e conhecidos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, enviando votos de profundo pesar para a residência sita à Rua Almirante Custódia de Mello, n° 175, em Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João de Quadros, ocorrido dia 15 próximo passado, na cidade de Ponta Grossa.

Pessoa de grande vulto, que fará falta no quadro da sociedade pontagrossense.

Prestava assistência aos irmãos desamparados auxiliando-os cada vez mais à medida do possível.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2234

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profun-

do pesar, pelo falecimento de Rogério Onísio de Amorim, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, e que deixou saudades a todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2235

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido do douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de Jaíra José da Costa, aos 59 anos de vida, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos deixando saudades a todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata da presente Sessão Votos de Congratulações e manifestações de regozijo, pela formatura da Turma "Deolinda Garcia da Silva" do Centro de Integração Comunitária "Diva Pereira Gomes" - Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Guarda Mirins, a ser realizada no dia 24 de junho de 1993, expressões essas que atribui à pessoa do Sr. Walter Onofre, Mui Digno Diretor do Centro de Integração Comunitária "Diva Pereira Gomes - Guarda Mirim, extensivos aos Professores, Técnicos, Funcionários e Colaboradores, bem como a todos os formandos da Turma "Deolinda Garcia da Silva" e seus familiares.

O Centro de Integração Comunitária "Diva Pereira Gomes" originou-se da instituição particular "Casa do Menor Trabalhador" nascida em 06.09.1963 pela iniciativa do Dr. Edgard Barbosa Ribas - Presidente do Lions Club de Curitiba - Centro - visando o acompanhamento dos menores que viviam perambulando pelas ruas da capital e suas famílias; iniciativa esta encampada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Ney Amintas de Barros Braga.

De início a "Casa do Menor Trabalhador" funcionava em regime de internato e semi-internato, atendendo em 03 categorias:

- 1) Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes Mirins;
- 2) Engraxates e Lavadores de Carros;

3) Menores adolescentes, oriundos do Centro de Formação Profissional Para Menores de Campo Comprido.

Em 1972 a "Casa do Menor Trabalhador" foi desmembrada, criando-se a "Fundação da Casa do Adolescente" (FUCA) com possibilidade de atender engraxates e lavadores de carros, com nova sede e administração própria.

Os vigilantes mirins permaneceram no mesmo local - Casa do Menor Trabalhador - ligados diretamente ao Instituto de Assistência ao Menor.

Em 21.10.1974 o Governador do Estado, Dr. Emílio Hoffmann Gomes adquiriu o imóvel situado na Rua Anita Garibaldi, 2395, no Bairro do Ahú e a partir de então a instituição passou a denominar-se Centro de Integração Comunitária "Diva Pereira Gomes".

De 1963 a 1985 a Instituição atendeu apenas adolescentes do sexo masculino. A partir daquela data, o Programa foi estendido às meninas.

Hoje, uma das Unidades Sociais Oficiais da Fundação de Ação Social do Paraná/SETA, o Centro de Integração Comunitária "Diva Pereira Gomes" tem por objetivo prevenir a marginalização do adolescente sócio e economicamente carente, preparando-o profissionalmente para desempenhar atividades de office-boy, auxiliar de escritório, datilógrafo e outras correlatas.

O atual Diretor da Unidade, Senhor Walter Onofre foi formado por ela. Oriundo da família pobre, mais velho de 04 irmãos, pais separados, Walter, a partir dos 5 anos trabalhou como vendedor, auxiliar de pintor e capinador de quintais para auxiliar no sustento de sua família, até que uma grande porta - a da Guarda Mirim - abriu-se para ele, onde entrou em janeiro de 1970 e permaneceu como aluno até 1978.

Estando nessa instituição há 23 anos, considera-a seu lar preferido.

Nos nossos dias, o Centro de Integração Comunitária "Diva Pereira Gomes", prepara e coloca no mercado de trabalho por semestre, 160 adolescentes, que somados aos já existentes, perfazem um total de 750 adolescentes.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Direção da Instituição, no seguinte endereço: Avenida Anita Garibaldi, 2.395, Ahú, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserida em Ata da presente Sessão, Votos

de Congratulações e cumprimentos pela passagem do cinquentenário da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, a ser comemorado no próximo dia 25 de junho de 1993, expressões essas que atribui às pessoas do Ilustríssimo Doutor André Zacharow, Mui Digno Presidente da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, ao Ilustríssimo Doutor Burghard Klemz, Mui Digno Diretor Administrativo Financeiro da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, ao Ilustríssimo Doutor Constantino Miguel Neto, Mui Digno Diretor Geral do Hospital Evangélico de Curitiba, ao Ilustríssimo Doutor Antonio Rocha Gonçalves, Mui Digno Diretor Médico Administrativo do Hospital Evangélico de Curitiba, ao Ilustríssimo Doutor João Carlos Simões, Mui Digno Diretor Clínico do Hospital Evangélico de Curitiba, ao Ilustríssimo Doutor Charles London, Mui Digno Diretor de Serviços de Apoio do Hospital Evangélico de Curitiba, ao Ilustríssimo Doutor Coriolano Caldas Silveira da Motta, Mui Digno Diretor da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná, a Ilustríssima Enfermeira Amarilis Schiavon, Mui Digna Diretora do Colégio Evangélico de Enfermagem; expressões essas extensivas a todos os funcionários e colaboradores das Instituições mantidas por essa conceituada e inestimável Sociedade.

Ensejando o significativo acontecimento que marca a 25 de junho/93 a comemoração alusiva ao cinquentenário da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, este parlamentar, não poderia deixar de registrar nesta Casa, parte da história de amor e fraternidade daqueles que lutaram para dar aos irmãos enfermos e menos favorecidos, um atendimento médico e educacional, digno e humano.

No dia 25 de junho de 1943, reuniram-se às 9:30 horas, nesta cidade, os Pastores de várias Igrejas Evangélicas, a saber: Reverendo Daniel Lander Setts (Igreja Metodista), Reverendo João Emílio Henck (Igreja Batista) reverendo Alcides Nogueira (Igreja Cristã Presbiteriana), Reverendo Jaime D. Book (Igreja Congregacionalista), Dr. Parísio G. Cidade, Pastor das Igrejas Cristãs Presbiterianas de Joinville e São Francisco no Estado de Santa Catarina, A. Sen. Oliveo, missionário batista e Augusto Klopffleisch, presbítero da Igreja Presbiteriana local, com a finalidade de criar um órgão beneficente de amparo aos irmãos enfermos nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

O Rev. Dr. Parísio Cidade propõe a criação de uma sociedade Evangélica Beneficente, cuja finalidade imediata é a organização de um serviço médico hospitalar, com policlínica especializada, visando, de modo particular, a comunidade evangélica,

sem deixar de atender, porém, as necessidades do povo em geral. Considerado oportuno o assunto é aceita a proposta por todos os presentes, resolvendo-se fundar nesta cidade de Curitiba, com raio de ação em todo o Estado do Paraná e Santa Catarina, uma organização denominada "Sociedade Evangélica Beneficente".

No dia 08 de agosto de 1946 foi doado um terreno pela Prefeitura Municipal de Curitiba para a construção do Hospital Evangélico de Curitiba, e, aos 07 dias do mês de setembro de 1947 foi realizada a solenidade de lançamento da pedra fundamental do Hospital da Sociedade Beneficente Evangélica de Curitiba, com a presença de Ministros e membros evangélicos de diversas Igrejas e várias autoridades.

Contagiadas pela idéia que se avolumava, como a gota de orvalho que o sol transforma, somando à grande nuvem copiosa e fecunda, na tarde do dia 15 de julho de 1943, reuniram-se algumas senhoras para formarem um Departamento Feminino Pró-Hospital, a que se denominaram "Samaritanas". Foi essa reunião realizada na casa da Sra. Clélia Calderari Bóris, que viu no Plano inspirador, uma oportunidade para trabalhar pela Igreja mesmo doente como estava.

Com a presença de autoridades estaduais e municipais, ilustres e numerosos amigos, tiveram a grande ventura de ver concretizada, em parte, o ideal pelo qual muitos labutaram e ansiaram desde o início da sociedade, no dia 05 de setembro de 1959, quando foi inaugurado e posto em funcionamento um terço do Hospital Evangélico.

Atualmente, a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba mantém não só o Hospital Evangélico, mas também, a Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná, o Colégio Evangélico de Enfermagem e o Evangélico Serviços Médicos.

O Hospital Evangélico de Curitiba é um dos grandes Centros Médicos brasileiros, com um pronto-socorro ágil e um serviço médico-hospitalar dos mais eficientes, constituindo-se, ainda, em um dos grandes Centros de Atendimento à Queimados da América do Sul.

Seu atendimento atinge não só a população dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, como também a toda população brasileira.

O elevado nível do ensino oferecido pela Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná e pelo Colégio Evangélico de Enfermagem, vêm formando, através dos anos, profissionais conscientes e altamente capacitados.

O grande sonho de algumas pessoas unidas no mesmo ideal, tornou-se uma enorme realidade, beneficiando milhares de pessoas e tornando-se um real exemplo de

Curitiba, quinta, em 24.06.93

"Amor ao Próximo".

Por isso, meio século de existência da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba é apenas o começo de uma Instituição que tem como lema os ensinamentos bíblicos: "E não nos cansemos de fazer o bem" Gálatas 6.9.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal Leonardo Casado, à Câmara Municipal, extensiva a toda população ordeira e trabalhadora de Rolândia, pela passagem do 59° aniversário daquela cidade.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem a finalidade de homenagear o povo de Rolândia, que labuta no dia-a-dia pelo progresso do município.

Suas raízes mostram a história de uma das mais ricas colonizações em termos de preservação cultural, manutenção das áreas verdes intactas e da mais avançada tecnologia agrícola. Foi em Rolândia que teve início o plantio direto e o plantio de arroz irrigado em terraço.

Ao comemorar o 59° aniversário, Rolândia desponta alviçareira e pronta a prosseguir no desenvolvimento de seu vertiginoso progresso rumo ao futuro.

REQUERIMENTO N° 2176

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação a equipe de Futsal do Colégio Master, que de forma brilhante conquistou o título de Campeão dos Jogos Escolares do Paraná.

Os atletas Roberto, Alexandre, Adriano, Daniel, Giovanni, Luiz Antonio, Daniel Mazer, Bruno, Márcio, André, Romero e Fabrício, dirigidos pelo Professor Ronaldo S. Mendes, foram superando dificuldades, ultrapassando adversários de valor considerável, até chegarem à partida final, na cidade de Telêmaco Borba, onde garantiram não somente a vitória, mas também o destaque a nível estadual.

Esperamos que esta vitória seja a primeira de uma série que virá engrandecer o setor esportivo da cidade de Ponta Grossa.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência, aos Diretores, Professores e Atletas do Colégio Master, sitos a Rua T.P. Ferreira, 55, na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2179

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação, ao Grupo João Vargas de Oliveira, que está completando 60 anos de trabalho no setor econômico da Cidade de Ponta Grossa.

A Sociedade tem que ter grande reconhecimento, com um homem chamado João Vargas de Oliveira, que há 60 anos atrás acreditou que suas idéias poderiam dar certo, e seguiu em frente, sendo hoje um dos maiores comerciantes de Ponta Grossa.

Ex-Prefeito Municipal, ex-Deputado Federal, e um dos oráculos da política local, nos últimos cinquenta anos, João Vargas de Oliveira é um monumento vivo dedicado ao trabalho.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2189

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Clevelândia pela passagem do seu 101° aniversário de emancipação política.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A nossa Clevelândia que no próximo dia 28 comemora seus 101 anos de emancipação política, merece todo o nosso respeito, admiração e o caloroso aplauso ao seu laborioso povo que ao longo de todos esses anos vem dedicando o melhor de seus esforços para o progresso cada vez maior de sua cidade.

A emancipação cultural nas feiras, nas exposições ou em outros eventos, a criação coletiva ou isoladamente tem sido bastante acentuada mas a preservação de todo esse trabalho é historicamente significativo pela coragem e estímulo da gente clevelandense.

Os problemas são o ponto que une todo o povo de Clevelândia, legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso, as grandes conquistas e os avanços mostram que é com muito trabalho que se forja um grande e respeitado Município, e que se melhoram as condições de vida da população.

Nesta significativa data a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, filho de Clevelândia, dá seu testemunho de fé nessa gente laboriosa

congratulando-se pelo transcurso da importante data.

REQUERIMENTO N° 2199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido em Ata desta Casa de Leis, Votos de Congratulações, pela passagem do 38° Aniversário do Município de Umuarama, no dia 26 de junho do corrente.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Umuarama, 38 anos de fundação, neste 26 de junho, dia em que os seus munícipes se jubilam de alegria pelo aniversário da "CAPITAL DA AMIZADE". A cidade aberta pela Colonizadora Companhia Melhoramento Norte do Paraná, desmembrado de Cruzeiro do Oeste em 1955, teve a sua primeira missa celebrada por Frei Estevan Maria e recebeu a denominação de Umuarama por Raimundo Du-raes.

Em 24 de abril de 1955, o núcleo de Umuarama foi elevada à categoria de Distrito Administrativo, pela Lei Municipal n° 12, pertencendo à Comarca de Peabiru.

Em 25 de julho de 1960, foi elevado a município de acordo com a Lei n° 4245 e foi instalada em 15 de novembro de 1961.

O aspecto que ora louvamos, e o caráter é a fibra de seu povo, sua fé e determinação ao trabalho, seu apego às coisas de Deus.

Parabéns, minha cidade, minha gente. Parabéns Umuarama.

REQUERIMENTO N° 2231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Congratulações ao Presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná e do SENAC Senhor Abrão José Melhem, e a Senhora Célia Regina Domit, Diretora do Centro de Treinamento do SENAC em Paranaguá, pelas assinaturas de dois importantes convênios naquela cidade, no último dia 22 de junho de 1993.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A mão de obra especializada, nas diversas categorias profissionais, sempre foi a tônica, de amplas discussões entre os homens públicos de Paranaguá, em épocas diferentes. A cidade cresceu, atingiu um índice de desenvolvimento, e com isso o SENAC instalou preliminarmente o Mini Centro de Desenvolvimento Profissional, que foi entregue à gerência da Sra. Regina Célia Domit.

Os anos passaram, a dedicação, o amor

à causa pública, a perseverança dos funcionários comandados por ela, atingiram todas as camadas sociais, e com enormes sacrifícios foram realizados vários cursos profissionalizantes, onde centenas de pessoas têm seus Diplomas, e a grande maioria ganhou benefícios no mercado de trabalho existente naquela cidade portuária.

Nessa ação meritória, houve a transformação do sistema administrativo, e Paranaguá hoje conta com o treinamentos do SENAC. No último dia 22, o Presidente de Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná e do SENAC Senhor Abrão José Melhem, sentindo a necessidade da vida paranguara, assinou dois Convênios com a Prefeitura Municipal de Paranaguá, onde três importantes cursos serão destinados exclusivamente aos moradores da Ilha dos Valadares, e os demais com servidores municipais e outras pessoas da Comunidade.

Essa atitude arrojada do Presidente Abrão José Melhem, em conjunto com a Senhora Regina Lúcia Domit, merecem os nossos Votos de Congratulações.

REQUERIMENTO N° 2191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um Voto de Regozijo pela data que assinalará a 29 de junho em curso, o 19° aniversário de fundação do Jornal "O Diário do Norte do Paraná".

Fundação em 29 de junho de 1974, em Maringá, O Diário do Norte do Paraná é o 33° jornal filiado à Associação Brasileira de Notícias.

Integrante da Agência Internacional de Notícias vem sendo dirigido, atualmente, pelos Jornalistas Franklin Vieira da Silva e Roney Rachel Vieira da Silva.

Paladino de grandes causas, servindo ao Paraná por inteiro, sem perder de vista seu mundo de mais imediata influência, o Jornal "O Diário do Norte do Paraná" é hoje uma referência valiosíssima na história contemporânea dos meios de comunicação de massa do Estado. Impossível ficar-se alheio à informação segura que transmite, à opinião abalizada que exara, à visão paranaista das causas de interesse público que abraça. Seu partidarismo é, basicamente, o Paraná, nisto se envolvendo por inteiro, fruto de uma direção sábia e um corpo de profissionais de imprensa maduramente preparado para contribuir com seu labor, para a elaboração da história de um Paraná Moderno.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 2244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Dr. Adhail Sprenger Passos, Secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, solicitando os estudos necessários visando a implantação de uma extensão do Curso de Agronomia, na cidade de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Guaraniaçu é um pólo composto por 20 municípios, com forte e expressiva produção agropecuária a nível nacional, havendo a necessidade de se oferecer condições para que a massa de estudantes residentes próximos àquele centro tenham à sua disposição um curso técnico relacionado à área das atividades predominantes da região que é o de agronomia.

Há uma enorme quantidade de adolescentes que deixam de estudar por não terem suas famílias condições financeiras para custear o transporte até a faculdade mais próxima de onde residem, perdendo assim a oportunidade de se especializarem nessa área, e se dedicarem após formados, com afinco no município onde moram, promovendo assim o desenvolvimento mais acentuado da agropecuária.

REQUERIMENTO N° 2245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Senhor Carlos Alberto Faraco, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, solicitando os estudos necessários visando a implantação de uma extensão do curso de agronomia, na cidade de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Guaraniaçu é um pólo composto por 20 Municípios, com forte e expressiva produção agropecuária a nível nacional, havendo a necessidade de se oferecer condições para que a massa de estudantes residentes próximo àquele centro tenham à sua disposição um curso técnico relacionado à área das atividades predominantes da região que é o de agronomia.

Há uma enorme quantidade de adolescentes que deixam de estudar por não terem suas famílias condições financeiras para custear o transporte até a faculdade mais próxima de onde residem, perdendo assim a oportunidade de se especializarem nessa área, e se dedicarem após formados, com afinco, no município onde moram, promovendo assim o desenvolvimento mais acentuado

da agropecuária.

REQUERIMENTO N° 2157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário Especial de Esporte e Turismo, solicitando a cobertura de duas (02) quadras - através do Projeto Nossa Quadra - sendo uma no Jardim Alvorada e a outra no Bairro dos França, em Ortigueira.

A construção de cobertura nas quadras - objeto do presente - irá beneficiar diretamente 8.000 moradores no Jardim Alvorada e 4.000 no Bairro dos França que, muitas vezes, em razão do mau tempo, não pode usufruir das mesmas, além de contribuir, sobremaneira, para difundir e elevar o nível do esporte do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Dr. Nizan Pereira - Digníssimo Secretário de Estado da Saúde encarecendo a liberação de recursos financeiros na ordem de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros) para a conclusão das obras do Hospital Municipal de Dr. Camargo.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A Construção do Hospital Municipal de Doutor Camargo constitui-se numa das mais antigas aspirações da comunidade, juntamente com as Comunidades vizinhas. São milhares de famílias das zonas urbana e rural de toda a região.

Famílias carentes que gostariam de contar com atendimento médico e hospitalar de uma organização voltada exclusivamente para as pessoas mais humildes.

É de fundamental importância que medidas se dirijam diante do exposto, o que, por certo, virá de encontro aos anseios populares.

REQUERIMENTO N° 2164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Moacir Favetti - Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando destinar à Delegacia de Polícia do município de Mirador, uma viatura policial, equipada, pa-

ra melhor atender suas diligências cotidianas oferecendo aos munícipes, eficiência e segurança no trabalho de prevenção e de repressão ao crime.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito do município de Mirador - Senhor Alvaro Carrera - Av. Frei Ulrico, s/n° Cep. 87.840-000.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 2165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente a Exma. Sra. Maristela-Requião - Digníssima Presidente do PROVOPAR, objetivando a doação de móveis e equipamentos para a Prefeitura Municipal e Entidades Assistenciais de Florai.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de Florai vem enfrentando grandes dificuldades financeiras, encontrando-se impossibilitada de adquirir ou substituir equipamentos que estão em precárias condições.

Visando informatizar alguns setores para maior agilização de seus trabalhos, está a solicitar a doação de equipamentos e móveis, através do Banestado, que serão destinados aos setores abaixo especificados.

04 (quatro) micro-computadores a serem utilizados pelos departamentos da Prefeitura Municipal.

01 (uma) Máquina calculadora para o setor de contabilidade da Prefeitura Municipal.

01 (uma) Máquina de escrever para o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal.

01 (uma) Máquina de escrever para a APMI/Florai

03 (três) Mesas para a APMI/Florai

03 (três) Armários para a APMI/Florai

01 (uma) Máquina de escrever para a APAE/Florai

03 (três) Mesas para a APAE/Florai

03 (três) Armários para a APAE/Florai.

Na certeza de que a presente solicitação se enquadra diretamente nos objetivos do PROVOPAR, de equacionar os problemas da comunidade paranaense, aguardamos um posicionamento favorável, a fim de atender-se esta justa reivindicação.

REQUERIMENTO N° 2169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao

Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Presidente da Telepar, solicitando a implantação e instalação de linhas telefônicas para a localidade de Vila Gianello, no município de Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Vila Gianello, integrante do Município de Moreira Salles, de há muito sonha e almeja ver ali instaladas e implantadas linhas telefônicas para utilização dos integrantes daquela comunidade.

Composta na sua grande maioria por pequenas propriedades agrícolas e, considerando, que lá somente existe o serviço telefônico via SP, espera ver esta sua pretensão atendida, pois será de grande valia à sua população, pela eficiência do telefone como meio de comunicação.

REQUERIMENTO N° 2170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando que seja enviada mensagem a esta Casa, isentando do pagamento de ICMS sobre energia elétrica, telefone e água o microempresário do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O segmento das micro e pequenas empresas do Estado, importante contribuição do desenvolvimento econômico, passa por sérias dificuldades, em decorrência da excessiva tributação a que estão sujeitos. Tributos, taxas, contribuições, cobradas nos níveis federal, estadual e municipal, estão contribuindo para a paralisação das atividades do setor, em decorrência de não poderem arcar com os onerosos tributos que lhe são impostos.

Tal medida contribuiria decisivamente para o reaquecimento do mercado explorado pelos micro e pequenos empresários do Estado, que insofismavelmente no desempenho de suas atividades, muito contribuem para a máquina arrecadatória do Paraná.

Considerando por exemplo que, só no que se refere ao consumo de energia elétrica, na atual condição, o usuário atendido na categoria trifásica se tiver um consumo de 40 KWH, pagará o correspondente a 100 KWH, da rede comum mais a incidência do ICMS.

Representantes do segmento, reunidos em Campo Mourão e contando com o apoio da FAMPAR/Federação das Associações dos Micro e Pequenos Empresários do Estado,

Curitiba, quinta, em 24.06.93

solicitaram-nos a intervenção junto ao Senhor Chefe do Poder Executivo, a quem constitucionalmente cabe a iniciativa do processo legal nesse sentido, uma vez que tal medida constituirá estímulo ao desenvolvimento dessa importante parcela econômico-social do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 2171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Hugo Napoleão, Digníssimo Ministro de Estado das Comunicações, solicitando estudos de revisão da política de cobrança de acréscimo tarifário de 100%, sobre as ligações telefônicas feitas durante o horário comercial em vigência em todo território nacional.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Medidas há que encontram razão de ser, quando adotadas em determinadas situações emergenciais, ou em circunstâncias que se tornem indispensáveis.

Considerando que o Ministério das Comunicações, órgão responsável pelo estabelecimento da tarifa telefônica do país adotou a política de acréscimo de 100% na tarifa por ocasião do plano cruzado, em consequência da demanda e do superaquecimento verificado no setor.

Considerando que a circunstância referenciada não mais existe nos dias de hoje, a Coordenadoria Regional de Campo Mourão da Federação das Indústrias do Paraná, através deste Deputado, solicita a revisão da política tarifária, uma vez que a mesma penaliza os setores produtivos que mais contribuem para o desenvolvimento da nação, que são os setores industrial e empresarial.

REQUERIMENTO N° 2182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial para Sua Santidade o Papa João Paulo II, congratulando-se com a Igreja Católica Apostólica Romana que, através da CNBB, de seus Padres e fiéis, está desenvolvendo um trabalho ímpar no Programa Nacional Contra a Fome, numa iniciativa do Governo Federal em parceria com a sociedade civil organizada.

Realmente a situação do Brasil é grave. Nosso País possui trinta e dois milhões de pessoas vivendo em situação de miséria. É evidente que não queremos o pa-

ternalismo do Estado, mas uma terra com justiça social, que dê ao seu povo igualdade de oportunidades. Precisamos, urgentemente, solucionar esta disparidade da riqueza de tão poucos e da indigência que atinge a tantos.

O Paraná, nossa terra, apesar da produtividade agrícola comparada ao 1º mundo, acolhe em seu território mais de 10% de habitantes que passam fome na área rural.

A presença de Dom Aldo Morelli na Secretaria do Conselho Nacional de Segurança Alimentar é uma garantia de êxito desta Campanha Nacional Contra a Fome, a Miséria e pela vida. E a Igreja Católica terá participação decisiva no programa, que de imediato distribuirá diariamente dois milhões de litros de leite, emprestando sua credibilidade e respeito.

Parabenizar o Sumo Pontífice pela posição da Igreja, é, também uma maneira de pedir suas bênçãos ao nosso povo bom e generoso e uma Ação de Graças por nossas vidas.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 2184

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Ministério Público Estadual solicitando providências urgentes quanto à denúncia apresentada contra a Unidade Social "Queiroz Filho" (Educandário São Francisco de Assis), pela prática de maus-tratos e tortura aos internos, por parte de agentes educacionais (assistentes de alunos).

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação deve-se ao fato de que nos foram apresentadas denúncias contra a Unidade Social "Queiroz Filho" (Educandário São Francisco de Assis), pela prática de maus-tratos e tortura.

Dentre as funções institucionais do Ministério Público, determinadas pelas Constituições Federal e Estadual (arts. 129 e 120 respectivamente), estão as de exercer a fiscalização e a promoção de medidas cabíveis quando se verificar desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes.

REQUERIMENTO N° 2195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Claudio Romanelli, Digníssimo Secretário de Estado da Política Habita-

cional - COHAPAR, no sentido de que seja determinada a inclusão do Município de Alto Piquiri, no Programa de construção de casas de madeira, com repasse de 100 Kits/unidades habitacionais.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é notório em qualquer município do Brasil. Ela ocorre nas capitais, nas cidades de porte médio e até nos municípios menos populosos, pois à medida que encarece os custos da Construção civil, inviabiliza o acesso às famílias mais carentes da nossa população.

Os mecanismos encontrados pelo Governo do Estado do Paraná, em reduzir os custos e oferecer casas populares a baixo custo são ações que possuem maior alcance social dentro das atividades governamentais.

Dentre esses mecanismos, surge agora o Programa de Construção de Casas de Madeira, cuja reivindicação, é a que mais se adéqua aos municípios de minha região.

Portanto solicito a inclusão do município acima citado dentro dessa programação.

REQUERIMENTO N° 2194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor, Dr. Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes no sentido de que seja viabilizada a construção da ponte sobre o Rio Jangada na Estrada São João, em Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma obra importante para normalização do tráfego entre as comunidades que atualmente se encontram praticamente isoladas sem comunicação por rodovia e o escoamento de grãos e o intercâmbio comercial também se encontram prejudicados.

REQUERIMENTO N° 2196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor, Dr. Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção da ponte sobre o Rio Mosquito, na Estrada Mosquito, no Município de Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma obra importante para

normalização do tráfego entre as comunidades que atualmente se encontram praticamente isoladas sem comunicação por rodovia e o escoamento de grãos e o intercâmbio comercial também se encontram prejudicados.

REQUERIMENTO N° 2193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja determinado a doação e distribuição de aparelhos de vídeo-cassete e televisores para as Escolas Estaduais do Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja determinado a doação e distribuição de aparelhos de vídeo-cassete e televisores para as Escolas Estaduais do Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja determinado a doação e distribuição de aparelhos de Vídeo-cassete e televisores para as Escolas Estaduais do Município de Vila Alta.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja determinado a doação e distribuição de aparelhos de vídeo-cassete e televisores para as Escolas Estaduais do Município de Ivaté.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário do Estado da Saúde, no sentido de que seja viabilizado a liberação de recursos financeiros e/ou a doação de equipamentos odontológicos para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Icaraíma, órgão de Classe, presta relevantes serviços aos trabalhadores rurais do município e a comunidade em geral, está necessitando de um equipamento odontológico, pois, a procura é muito grande e o órgão não dispõe de recursos para tal.

REQUERIMENTO N° 2200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Durval do Amaral, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja determinado a inclusão do município de Iporã, no Projeto Clube do Irmão Caçula.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criança, felizmente, está sendo alvo de preocupação pelas autoridades governamentais e políticas do nosso País, em especial no Paraná, onde o Governo Requião, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, tem elaborado e colocado em execução vários programas com esse objetivo.

Um desses programas, o Projeto Clube do Irmão Caçula, é que gostaríamos que fosse implantado nos municípios da nossa região, uma vez que são graves os problemas com o menor, são muitas as famílias carentes, oriundas do campo que habitando as periferias da cidade, tem suas crianças em completo abandono.

Cabe urgente intervenção do Governo, que numa ação integrada com os órgãos municipais, propiciem melhores condições de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO N° 2202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado ao Departamento de Estradas e Rodagem- DER, a construção de uma ponte sobre o córrego Água Grande, ligando a Comunidade Sanssui a Conserva, em Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando a Liberação de Recursos para a Construção do Centro de Lazer do Pinheirinho, no Município de Antonina-Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Em todas as reivindicações que apresentamos, salientamos o desenvolvimento de um programa elaborado pela Prefeitura Municipal, cujo objetivo é movimentar com o turismo, todos os setores da coletividade antoninense. Nesse critério, registra-se uma demanda de pessoas, das diferentes regiões do Brasil que buscam o turismo como lazer, e têm encontrado em Antonina, uma nova opção, não só pelo resplandescente de suas riquezas naturais, mas por sentirem vários locais próprios para seus devaneios.

Um volume maior de novas promoções está sendo idealizada pela Prefeitura Municipal, e nesse particular existe a necessidade de adequações nas áreas de lazer, entre as quais está a do Pinheirinho, e por isso solicitamos que seja enviado um expediente ao Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Secretário de Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos para a construção do Centro de Lazer do Pinheirinho, no Município de Antonina-Pr.

REQUERIMENTO N° 2207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando a Liberação de Recursos para a Construção do Centro de Lazer da Ponta da Pita, no Município de Antonina-Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os investimentos urbananísticos que se fazem necessários para o município de Antonina são de razoável monta, porém a estrutura financeira da Prefeitura Municipal não tem suportes que possam realizar essa obra e suas complementações.

A atual administração do Prefeito Ronaldo Pereira de Deus, está empenhada em programas que, visem atrair turistas, em suas variações. No entanto, necessita paralelamente embelezar e adequar locais, e nisso, convém salientar, que o Governador Estadual também tem o retorno garantido, através do aumento da arrecadação do ICMS, já que esses sistemas movimentam especialmente os comerciantes das localidades em Antonina.

Assim sendo, solicitamos que correspondência seja endereçada ao Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, no sentido de liberar recursos para a Construção do Centro de Lazer da Ponta da Pita, no Município de Antonina.

REQUERIMENTO N° 2208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para a Construção de um (01) Posto de Saúde, no Município de Antonina-Pr.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Segundo os levantamentos realizados pela Prefeitura Municipal de Antonina, através de um trabalho realizado pelo Secretário da Saúde e Promoção Social Oney Schliesing, existe a necessidade da construção de um Posto de Saúde, visando oferecer melhores condições às pessoas carentes.

A recomendação feita pela Secretaria da Saúde daquele município, é que a construção seja realizada em um dos bairros, ficando o critério de escolha a cargo do Prefeito Ironaldo Pereira de Deus, já que todas as localidades pretendem receber esse benefício, porém a própria população clama por esse benefício do Governo Estadual, e nesse caso solicitamos que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Saúde do Estado do Paraná, solicitando a liberação de recursos para a construção de um Posto de Saúde, no Município de Antonina.

REQUERIMENTO N° 2209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Helena Viana Sundin, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Guaraguaçu, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2211

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Benedita da Silva Vieira, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Canhembora, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o

envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Rocha Pomba, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2214

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Mário Evaldo Morski, no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Brasilio de Castro, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Costão, no Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Ilha das Peças, no Município de

Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Professora Izabel F. Siqueira, no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Frederico G. Giese, no Município de Pien.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2220

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Marumbi, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Miguel Schleder, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2222

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Hugo Pereira Correa, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual José Bonifácio, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Pedra Branca de Araraquara, no Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Riozinho, no Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Se-

nhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Jaime Rodrigues, no Município de Guaira.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Irmã Maria Leonia.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2228

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Esporte e Turismo, solicitando que dentro do Projeto "NOSSA QUADRA", seja construída uma cancha poliesportiva, no Centro Esportivo do Batel, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Com a evolução de todos os esportes, os jovens, e variavelmente os adultos, criaram um gosto pelo futebol de salão, basquetebol, voleibol, e a Prefeitura Municipal de Antonina, não tem suportes orçamentários para realizar esses investimentos necessários, cujos resultados positivos irão beneficiar centenas de pessoas. Os pedagogos consideram que, na atualidade uma das fórmulas de tirar a juventude do caminho dos vícios é deixá-la com condições de praticar esportes, e na atualidade Antonina necessita de ter em vários pontos essas canchas poliesportivas, como método eficaz de reunir adultos e jovens para praticarem as mais variadas modalidades esportivas.

Queremos acreditar que o Governo Estadual tenha condições suficientes de realizar dentro do Projeto "NOSSA QUADRA", os pedidos de Antonina.

Diante dos argumentos básicos, cuja realidade ainda é maior, solicitamos que sejam enviados correspondências do Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Esportes e Turismo, solicitando a Construção de uma "canha poliesportiva",

no Centro Esportivo do Batel, Rua Tiago Peixoto, no município de Antonina, dentro do Programa "NOSSA QUADRA".

REQUERIMENTO N° 2229

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Esporte e Turismo, solicitando que dentro do Projeto "NOSSA QUADRA", seja construída uma cancha poliesportiva, no Jardim Maria Luiza, no Município de Antonina-Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Com a evolução de todos os esportes, os jovens, e variavelmente os adultos, criaram um gosto pelo futebol de salão, basquetebol, voleibol, e a Prefeitura Municipal de Antonina, não tem suportes orçamentários para realizar esses investimentos necessários, cujos resultados positivos irão beneficiar centenas de pessoas. Os pedagogos consideram que, na atualidade uma das fórmulas de tirar a juventude do caminho dos vícios é deixá-la com condições de praticar esportes, e na atualidade Antonina necessita de ter em vários pontos essas canchas poliesportivas, como método eficaz de reunir adultos e jovens para praticarem as mais variadas modalidades esportivas.

Queremos acreditar que o Governo Estadual tenha condições suficientes de realizar dentro do Projeto "NOSSA QUADRA", os pedidos de Antonina.

Diante dos argumentos básicos, cuja realidade ainda é maior, solicitamos que sejam enviados correspondências do Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Esportes e Turismo, solicitando a Construção de uma cancha poliesportiva, no Jardim Maria Luiza, à Rua Agberto de Leão, no município de Antonina, dentro do Programa "NOSSA QUADRA".

REQUERIMENTO N° 2230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Esporte e Turismo, solicitando que dentro do Projeto "NOSSA QUADRA", seja construída uma cancha poliesportiva, na Ponta da Pita, no Município de Antonina-Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Com a evolução de todos os esportes, os jovens, e variavelmente os adultos, criaram um gosto pelo futebol de salão, basquetebol, voleibol, e a Prefeitura Municipal de Antonina, não tem suportes orçamentários para realizar esses investimentos necessários, cujos resultados positivos irão beneficiar centenas de pessoas. Os pedagogos consideram que, na atualidade uma das fórmulas de tirar a juventude do caminho dos vícios é deixá-la com condições de praticar esportes, e na atualidade Antonina necessita de ter em vários pontos essas canchas poliesportivas, como método eficaz de reunir adultos e jovens para praticarem as mais variadas modalidades esportivas.

Queremos acreditar que o Governo Estadual tenha condições suficientes de realizar dentro do Projeto "NOSSA QUADRA", os pedidos de Antonina.

Diante dos argumentos básicos, cuja realidade ainda é maior, solicitamos que sejam enviados correspondências do Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Esportes e Turismo, solicitando a Construção de uma "canha poliesportiva", na Ponta da Pita, Rua Engenheiro Luiz Augusto de Leão Fonseca, no Município de Antonina, dentro do Programa "NOSSA QUADRA".

REQUERIMENTO N° 2236

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Avenida Três Marias, proximidades do n° 42, para que seja instalada rede de esgotos devido aos sérios problemas que estão sendo causados com a falta da mesma.

Pedem certa urgência no atendimento, antes que a situação fique mais crítica do que se encontra.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2238

Senhor Presidente:

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder Legislativo, em Caráter de Urgência, ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná solicitando a determinação imediata da suspensão das atividades dos dezessete poços artesianos perfurados pela SANEPAR no município de Almirante Tamandaré que, em função do bombeamento de mais de um milhão

de litros de água por hora, sem qualquer interrupção, provocou e continua provocando desequilíbrios ambientais na região, através de rachaduras no solo.

Segundo reconhecido pela própria SANEPAR, "o bombeamento foi o responsável pelos danos às construções localizadas na área próxima aos poços artesianos", que inclui prejuízos a mais de cinquenta imóveis, entre os quais a Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Diante disto, esperamos as providências do Chefe do Poder Executivo Estadual no sentido de suspender tais atividades, até que seja produzido relatório de impacto sobre o meio ambiente das atividades da SANEPAR no Município de Almirante Tamandaré, consoante dispõe o art. 207, V, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2187

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM o envio de expediente ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Henrique Cardoso, solicitando o imediato repasse das verbas recebidas do Banco Mundial (BIRD) para o Ministério da Saúde relativo ao acordo de implantação do Projeto PNC-DST/AIDS: e o máximo empenho para garantir a regularidade do desembolso da contraparte nacional exigida pelo Banco Mundial ao longo dos próximos três anos, assim como o seu repasse sistemático ao Ministério da Saúde.

Requer envio de expediente ao Ministro da Saúde, Sr. Jamil Haddad, solicitando que seja garantida toda a transparência e urgência necessárias ao complexo processo burocrático de repasses através do qual o Ministério da Saúde fará chegar às Secretarias de Saúde, às Organizações não-Governamentais e às Universidades as verbas necessárias à implantação e manutenção do Projeto.

Requerem ainda que seja dado conhecimento deste requerimento aos Secretários Estaduais de Saúde.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A execução em bom termo do Projeto PNC-DST/AIDS poderá se constituir em um grande avanço para o controle da propagação da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e demais Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) no Brasil.

O processo de implantação do Projeto implicará no desenvolvimento de cerca de mil e duzentas iniciativas localizadas, geridas por Unidades de Saúde em todos os

seus níveis, Organizações não-Governamentais e Universidades de todo o país. A garantia da execução do Projeto depende em grande medida da liberação e adequada utilização dos recursos previstos.

REQUERIMENTO N° 2160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informações a Sua Excelência Governador do Estado do Paraná sobre matéria de competência da companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná-COPEL relativamente aos seguintes quesitos:

1 - Qual a composição, em percentual e quantidades de ações, do capital social da COPEL?

2 - Qual o valor patrimonial, em 31 de dezembro de 1992, das ações da COPEL e qual o critério de atualização?

3 - Quais os Municípios que promoveram, desde 01 de janeiro de 1992, a venda de ações da COPEL?

4 - Quais os Municípios que formularam, desde o início do corrente ano, consultas tendentes a instruir procedimentos de venda de ações da COPEL?

5 - Quais os procedimentos legais exigíveis para a venda pelos Municípios de ações da COPEL?

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Diversos Municípios paranaenses têm sido estimulados por corretores a promover a venda das ações da COPEL de que são titulares. Não se trata de iniciativa pontual, mas de movimento coordenado em escala estadual.

As notícias adquirem tanto maior relevância à vista do programa de privatização em curso no Brasil que, segundo os liberais, pode incluir também o setor elétrico. A primazia dos interesses privados sobre os interesses públicos constitui a nota principal de todas as privatizações até agora consumadas.

A onda parece ter chegado agora aos Municípios que, sem debate com a cidadania, têm leiloado as ações da COPEL de que são titulares, aspecto que se pretende esclarecer a partir do atendimento ao presente pedido de informações.

REQUERIMENTO N° 2161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informações a Sua Excelência Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano sobre matéria de

competência da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR relativamente aos seguintes quesitos:

1 - Qual a composição, em percentual e quantidades de ações, do capital social da SANEPAR?

2 - Qual o valor patrimonial, em 31 de dezembro de 1992, das ações da SANEPAR e qual o critério de atualização?

3 - Quais os Municípios que promoveram, desde 01 de janeiro de 1992, a venda de ações da SANEPAR?

4 - Quais os Municípios que formularam, desde o início do corrente ano, consultas tendentes a instruir procedimentos de venda de ações da SANEPAR?

5 - Quais os procedimentos legais exigíveis para a venda pelos Municípios de ações da SANEPAR?

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Diversos Municípios paranaenses têm sido estimulados por corretores a promover a venda das ações da SANEPAR de que são titulares. Não se trata de iniciativa pontual, mas de movimento coordenado em escala estadual.

As notícias adquirem tanto maior relevância à vista do programa de privatização em curso no Brasil que, segundo os liberais, pode incluir também o setor de saneamento. A primazia dos interesses privados sobre os interesses públicos constitui a nota principal de todas as privatizações até agora consumadas.

A onda parece ter chegado agora aos Municípios que, sem debate com a cidadania, têm leiloado as ações da SANEPAR de que são titulares, aspecto que se pretende esclarecer a partir do atendimento ao presente pedido de informações.

REQUERIMENTO N° 2183

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso e suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, informações da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, quanto a denúncia apresentada através de carta (doc. em anexo) de interno da Unidade Social "Queiroz Filho", atual Educandário São Francisco de Assis, revelando a prática de tortura por parte de agentes educacionais (assistentes de alunos), prática esta inadmissível e terminantemente proibida pela Constituição Federal, em seu art. 5°, III. A denúncia também deixa claro que os servidores que ali prestam serviços não estão aptos para suas tarefas e nem têm cumprido as determinações sobre a política adotada para o atendimento dos internos, expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(aa) EMILIA BELINTI e
DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O art. 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe:

"Art. 94 - As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:

...

IV - preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente:"

Diante do que nos foi denunciado temos obrigatoriamente que tomar posição e obter dados sobre como está se desenvolvendo a política de tratamento dos internos em Unidades mantidas pelo Poder Público. Cumpre-nos, como parlamentares, exigir atendimento correto, digno e, principalmente, dentro das normas constitucionais e legais existentes. Trabalho e políticas humanas são obrigações do Administrador.

Carta:

Dia 28 de maio de 1993. - Queiroz Filho

Nesta carta eu gostaria que soubessem como somos tratados, no dia 27 de maio uns alunos tentaram uma fulga, não conseguiram os guardas quase mataram eles, e ainda por cima são obrigados a dormir no piso nú, e molham todos eles. Umas duas semanas atrás fizeram todos os alunos ficarem com a cabeça baixa no meio dos joelhos des da 8:00 horas até às 11:00 horas e se alguém recusasse a ficar eles davam pauladas na cabeça, estão tratando todo mundo sem nem um tipo de respeito, tem uns três guardas que vem bêbados e querem que todo mundo se levante as 24:00 horas e ficar no corredor com a mão na parede e só com as pontas dos pés, e também tem os monitores da guarda, que são alunos que ficam que nem guardas, batem em alunos na segurança, eles as vezes são piores que guardas, eles são escolhido pelo chefe de segurança e pelo diretor, e se algum aluno não obedecer esses "monitores" o major que é o diretor da ordem "pra quebrar no pau", isso ele diz de manhã quando ele conversa com nós.

REQUERIMENTO N° 2190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais da Casa, do Artigo "CAMPAÑA DE 89 PAGA O PRÊMIO DA SENA POR 3 ANOS", publicado no Jornal "O Estado de São Paulo", de terça-feira dia 22 de junho de 1993.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 292/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

pag. 25

BIBLIOTECA CRÉTA:

Art. 1° - A administração dos parques naturais turísticos no Estado do Paraná, passa, a partir desta data, a ser de competência exclusiva das Prefeituras Municipais.

§ 1° - O disposto no "caput" deste artigo não poderá, em tempo algum, passar à iniciativa privada.

§ 2° - As receitas decorrentes da cobrança de ingresso ou qualquer outro tipo de arrecadação, reverterão integralmente ao Tesouro Municipal.

§ 3° - Em não existindo interesse do Município, a administração permanecerá junto ao Governo do Estado, através do órgão específico.

Art. 2° - Todos os empreendimentos e beneficiamentos nestes locais turísticos serão de responsabilidade única dos municípios gestores.

Parágrafo Único - A conservação das florestas remanescentes, cultivo de espécies nativas, e a proteção à flora, fauna e ao meio ambiente, será desenvolvida em conjunto com o Governo do Estado do Paraná.

Art. 3° - Para que se consolide o disposto nesta Lei, os municípios deverão criar um órgão específico e especial que assumirá o controle administrativo do turismo municipal.

Art. 4° - O Governo do Estado garantirá apoio integral a todos os programas desenvolvidos pelas prefeituras municipais que objetivem estimular o turismo municipal.

Art. 5° - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O que pretendemos ao apresentar o presente projeto de lei não é tirar competências, mas dividi-las, procurando contribuir para a dinamização do turismo a partir de suas bases.

Está comprovado que o turismo é uma das maiores forças impulsionadoras também do desenvolvimento municipal, gerando rendas, empregos, tributos e divisas, onde há o evento natural ou produzido.

E, o Governo do Estado do Paraná, pela política acanhada que sempre desenvolveu para o setor, não vem correspondendo com as necessidades do desenvolvimento dos espaços turísticos paranaenses.

No caso específico dos parques naturais turísticos, como o Parque Estadual de Vila Velha, o Governo do Estado há décadas deixou de investir em infra-estrutura ideal com a conseqüente preservação do meio ambiente, a flora e fauna; assim como deixou de implementar ações e políticas turísticas que resultassem na maior afluência de turistas para estes locais. Ao contrário, extinguiu até o único órgão de incremento do turismo paranaense.

E o turismo, como qualquer outra atividade econômica, deve ter seu desenvolvimento racionalmente pré-determinado.

O Governo do Estado, ao longo da década, não contribui decisivamente para este desenvolvimento, porque lhe faltava estrutura e não via no turismo uma forte atividade econômica, gerando um atraso sem precedentes no progresso do setor.

Com este projeto não se busca tirar da alçada do Estado as áreas desapropriadas há 50, 60 anos; deseja-se, tão somente, dar incumbências, onde os municípios têm papel determinante.

Estes, por sua vez, conhecem a fundo as necessidades e potencialidades, bem como os horizontes que podem ser alcançados, com a aplicação de política eficaz de turismo, tendo no Governo do Estado do Paraná o mais forte aliado para tanto.

É isto, simplesmente, o que se pretende. Que o Governo do Estado encontre nos Governos Municipais, seus parceiros no desenvolvimento turístico, com a aplicação de planos diretores, programas que primem pela exploração racional e auto-sustentada, por exemplo, dos parques naturais turísticos, como Via Velha, Furnas, Lagoa Dourada, e outros espaços.

Será o município o gestor do parque natural com potencial turístico, a inventariar a realidade destes espaços, identificando "in loco" os problemas, os entraves, as potencialidades e as soluções aplicáveis com o auxílio da comunidade.

O Governo do Estado não pode se constituir num entrave ao processo. Deve, isto sim, ser parcela maior da solução, mesmo porque, tira um peso de seus ombros e contribui para a otimização e maximização do turismo nos municípios com potencialidades.

Pela proposta, o município vai administrar seus espaços turísticos e autofinanciar, em sua quase totalidade, o turismo local, aplicando parcela da arrecadação em melhorias e infra-estrutura até hoje não dotadas pelo Governo do Estado em seu parque turístico.

Diante do claro objetivo da matéria é que a submetemos à análise dos nobres Pares, solicitando o apoio impescindível para sua aprovação em Plenário.

Curitiba, quinta, em 24.06.93

PROJETO DE LEI N° 293/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica considerada Área Especial de Interesse Turístico, a localidade de Salto do Paiquerê, situado às margens do Rio Goioerê, divisa dos municípios de Mariluz e Alto Piquiri, no Estado do Paraná.

Art. 2° - O Administrador responsável pela área será nomeado pelo Governador do Estado.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A localidade que aqui se pretende considerar como Área Especial de Interesse Turístico, é considerada como um dos mais belos recantos da região Noroeste do Estado, com paisagens notáveis, quedas maravilhosas, muito parecidas com a extinta "Sete Quedas" de Guaíra.

Entre muitas de suas finalidades, podemos destacar a possibilidade da realização de eventos esportivos, feiras, programas culturais, etc.

PROJETO DE LEI N° 294/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche "Santa Rita de Cássia", com sede e foro na cidade de Bandeirantes-PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A Creche "Santa Rita de Cássia", fundada em 03 de agosto de 1975, é uma entidade civil de finalidade filantrópica, tendo por fins específicos: receber filhos de mães que necessitam trabalhar fora do lar, filhos esses com idade mínima de 6 (seis) meses e máxima de 6 (seis) anos, dando assistência médica e social aos que estão aos seus cuidados, concorrendo assim, para a formação da criança, mantendo para isso, atividades recreativas e educativas orientadas de acordo com os princípios e fundamentos da Educação Nacional.

Não somente as crianças, mas também as mães, são orientadas com noções de pueri-

cultura, higiene e economia doméstica, bem como a educação moral, cívica e religiosa.

Deste modo, pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta proposição de elevadíssimo valor social.

PROJETO DE LEI N° 295/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Altera o traçado do polígono definidor das divisas territoriais do Município de Bom Sucesso do Sul, constantes do Art. 1° da Lei n° 10.332, de 09 de junho de 1993.

"Partindo do sentido sul-leste na localidade de Gramados e seguindo pela PR-469 até o trevo de acesso a Bom Sucesso do Sul, daí segue pelo acesso da PR-469 até o Rio Vitorino, daí desce até alcançar a divisa entre as glebas Mundo Novo e Entre Rios, 1ª parte, daí segue pela divisa de Itapejara D'Oeste até o Rio Santana, daí segue pelo Rio Santana até o arroio Elias, segue pelo arroio Elias até uma estrada, daí segue pela divisa do Município de Renascença até o Rio Lamberdor e seguindo pelo mesmo até o Rio Vitorino, daí pelo Rio Vitorino até o Lageado das Cobras, segue por este até seu entroncamento com a estrada de Gramados, segue por esta até o ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.93

(a) NEREU ALVES DE MOURA

PROJETO DE LEI N° 296/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Distrito Industrial do Médio Noroeste do Estado do Paraná, com sede em Cianorte, formado na área do território dos Municípios de Cianorte, Jussara, Terra Boa, São Tomé, Japurá, Indianópolis, São Manoel do Paraná, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, Tapira, Tapejara e Tuneiras do Oeste.

Parágrafo Único - Fica preservada a autonomia das referidas unidades municipais, inclusive para tratarem em conjunto ou isoladamente das propostas, programas ou projetos de que trata a presente lei.

Art. 2° - O Estado em parceria com a União ou com os Municípios de que trata esta lei, ou isoladamente, criará programas e projetos especiais de desenvolvimento industrial, estimulará e facilitará convênios e participação com entidades públicas e privadas, emprestando apoio e meios necessários.

Art. 3° - O Governo do Estado, consignará anualmente, por cinco anos, verba orçamentária para os fins de que trata esta lei.

Art. 4° - O Estado participará com um representante indicado pelo Governo do Estado da entidade ou associação a ser criada entre os municípios do Distrito Industrial, como membro de seu Conselho Diretor.

Parágrafo Único - Não haverá impedimento, por parte do Governo do Estado do Paraná, para que os municípios integrantes do Distrito e que se sirvam dos benefícios e programas de seu desenvolvimento, possam tratar entre si, ou diretamente com a União, ou entidades públicas e privadas.

Art. 5° - No prazo de trinta dias, o Governo do Estado, regulamentará, por Decreto, a presente lei, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

A Microrregião de Cianorte, no Noroeste do Estado paranaense, possui hoje expressivo parque industrial onde se destacam as promissoras indústrias de confecção de vestimentas, responsáveis pela oferta abundante de empregos.

Todavia, a realidade exige que uma política bem planejada possa incrementar e estimular este pólo industrial, a fim de que esta festejada realidade, possa ser ampliada e adequadamente estruturada aquela importante microrregião, como uma alavanca de seu destacado progresso.

A proposta é a criação de um Distrito Industrial, que agregue a área dos municípios onde esta florescente indústria começa a se expandir, a fim de que o Poder Público possa dar cumprimento efetivo aos artigos 140 e 143 da Constituição Estadual, não só sinalizando para a atividade empresarial privada, mas criando meios e estímulos para que ela possa se desenvolver.

O projeto preserva a autonomia dos municípios, a fim de que possam, em conjunto ou isoladamente, tomarem as decisões que melhor satisfaçam seus interesses.

PROJETO DE LEI N° 297/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Trabalho Social e Atendimento ao Idoso de Londrina - CENTRA-STIL, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Trabalho Social e Atendimento ao Idoso de Londrina - CENTRASIL, entidade que pretende ser declarada de Utilidade Pública, tem caráter filantrópico, sem fins lucrativos ou políticos, e se dedica ao atendimento de pessoas com mais de 45 anos.

A entidade elenca entre suas atividades, as seguintes:

- promover trabalho social e atendimento a pessoas idosas carentes, proporcionando-lhes uma mudança de vida.

- o atendimento caracteriza-se por ações que possibilitem auxílio imediato à pessoa idosa, como: encaminhamento para consultas médicas ou hospitalização; atendimento psicológico e fisioterápico, organização de documentação para aposentadoria, etc.

PROJETO DE LEI Nº 298/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Regional da Hidrovia Paraná / Ivaí, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Regional da Hidrovia Paraná / Ivaí, foi criado em abril de 1993, por importantes lideranças do Noroeste paranaense, com a finalidade de implementar o projeto de construção da Hidrovia do Ivaí, projeto este, inteligente, oportuno e atual para a conjuntura física, social, econômica e humana daquela região do Estado, que trará, também, reflexos vantajosos para todo o Estado do Paraná, com influências benéficas para os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, e futuramente, irá beneficiar o Paraguai, Bolívia, Uruguai e Argentina.

Deve-se ressaltar que o transporte fluvial fará baratear em 80% os custos do transporte. Seu percurso será de 237 quilômetros, indo de Dr. Camargo, onde será construído o porto de transbordo, até o Rio Paraná, e lá atingindo os países e estados referidos anteriormente, numa extensão de mais de 2000 km, numa fase inicial, e após os canais de Itaipu terá mais de 4000 km. Com isso, formar uma grande rede

de transporte fluvial, com enormes economias, além de benefícios colaterais que advirão, seguramente.

A produção de energia elétrica pela construção da barragem em Mirador, onde serão instaladas duas turbinas para geração fácil e mais barata de energia, bem como aproveitamento das várzeas, pelo sistema de irrigação por gravidade, praticamente a preço zero, resultará numa grande produção de cereais, frutas e outros itens que germinam fáceis nestas terras tão férteis. Tudo isso e mais o grande mercado que advirá com o MERCOSUL, faz com que o Conselho Geral da Hidrovia Paraná / Ivaí tenha grande importância no contexto estadual.

PROJETO DE LEI Nº 299/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas, que tem como mantenedora a Fundação Educacional de Arapongas, com sede e foro no município do mesmo nome.

1. Reivindicação da sociedade de Arapongas e da região a estadualização da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas por certo irá contribuir para a melhoria do Ensino Superior da região e, sem dúvidas, a municipalidade de Arapongas tirará de seus ombros um encargo que poderá reverter em aplicação de recursos no ensino fundamental do município.

2. Em função do novo quadro político-administrativo do País e do Estado, onde o Governo Federal e, principalmente, o Estadual tem procurado atender às reivindicações da Sociedade Civil, a estadualização da Fundação Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas tornou-se a principal bandeira de luta dos alunos e professores da Instituição.

3. Hoje, a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas já tem uma tradição na Educação Superior do Estado, tradição essa que lhe impõe continuar suas atividades, apesar do grande ônus econômico e financeiro que isso representa.

4. Daí a necessidade do Poder Executivo Estadual socorrer o Ensino Superior de Arapongas, transferindo para si a responsabilidade que até aqui, com ingentes sacrifícios, foi mantida pela Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamento: Algaci Túlio, Emilia Belinati, Luiz Carlos Zuk e Mário Bezerra.

PROJETO DE LEI N° 300/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a publicar anualmente, no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, os nomes de empresas, estabelecimentos comerciais e industriais que, nos 12 (doze) meses anteriores a essa data, tenham sido multados, ou sejam devedores de multas decorrentes de poluição ou degradação ambiental.

Art. 2° - A publicação a que se refere o artigo anterior, deverá conter os valores das respectivas multas atualizados e suas datas de vencimento, devendo ser efetivada em lista específica e com destaque no órgão de Imprensa Oficial do Estado, sem prejuízo de sua divulgação em outros órgãos de imprensa.

Parágrafo Único - Não havendo edição do diário oficial no dia 5 de junho, a publicação far-se-á na edição imediatamente anterior à referida data.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado do Paraná, seguindo as diretrizes da Carta Magna, procurou assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, definido nos termos constitucionais, como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Estado e à coletividade o dever de defendê-lo e conservá-lo para as gerações presentes e futuras.

Determina a Constituição, por meio do artigo 207, que ao Estado incumbe, entre outras atribuições, promover a educação ambiental em todos os níveis, disseminar as informações necessárias à conscientização pública sobre o meio ambiente e assegurar o livre acesso às informações básicas relativas a esse campo de atuação.

Dadas as características históricas, sociais e econômicas do nosso Estado, essa conscientização ecológica, proposta a todos a partir da nossa Lei Maior, torna-se um desafio, que não será convenientemente enfrentado sem que se criem os mecanismos legais de estímulos às atitudes ecologicamente corretas e de coerção às infrações perpetradas.

O poder de polícia e os mecanismos coercitivos, transformam-se em instrumentos úteis e essenciais para atingir-se à mudança de comportamento requerida no pro-

cesso educativo.

O presente projeto de lei, ao dispor sobre a publicação obrigatória pelo Estado dos nomes das empresas, estabelecimentos comerciais e industriais devedores de multas por poluição e degradação ambiental, tem esse propósito e se põe, também, em ressonância com um dos princípios básicos da atividade pública, o da publicidade.

O fato de se haver escolhido como referência para a aludida publicação, o Dia Mundial do Meio Ambiente, 05 de junho, visa reforçar o caráter educativo dessa medida, possibilitando à população, em geral, por meio da informação, maior comprometimento com a política de preservação do meio ambiente.

Conscientes dos benefícios da presente iniciativa, contamos com o apoio dos pares desta Casa para vê-la aprovada.

PROJETO DE LEI N° 301/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado, na forma do disposto por esta Lei, a implantar minipenitenciárias regionais no território do Estado.

Art. 2° - As minipenitenciárias regionais serão implantadas:

I - nas comarcas do Estado;

II - nos municípios com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes;

III - e nos municípios considerados estratégicos.

§ 1° - São considerados estratégicos os municípios assim entendidos pela Superintendência de Organização Penitenciária do Estado.

§ 2° - As minipenitenciárias regionais serão implantadas, obedecendo-se à ordem de prioridades a serem estabelecidas, em regulamento próprio.

Art. 3° - As minipenitenciárias terão área física edificada proporcionalmente ao número de habitantes abrangidos pela comarca.

§ 1° - As minipenitenciárias serão construídas para abrigarem populações carcerárias superiores a 100 (cem) e inferiores a 300 (trezentos) sentenciados.

§ 2° - As minipenitenciárias terão áreas livres que possibilitem à sua expansão, até o tamanho que permita abrigar população prevista no parágrafo anterior.

Art. 4° - As minipenitenciárias regionais serão habitadas prioritariamente.

I - por condenados a penas de reclusão ou detenção superiores a 02 (dois) anos;

II - por condenados cujo domicílio seja na comarca onde se acha instalada a minipenitenciária;

III - por condenados cujos familiares residam na comarca onde se acha instalada a minipenitenciária;

IV - por condenados cujos crimes não sejam considerados hediondos e que tenham sido cometidos na comarca onde se encontra instalada a minipenitenciária;

V - por condenados não reincidentes por crimes não hediondos;

VI - por condenados não reincidentes em crimes dolosos e por crime não hediondo;

VII - por condenados por crimes não hediondos.

Art. 5° - As minipenitenciárias regionais deverão conter obrigatoriamente:

I - departamento médico e odontológico;

II - departamento psiquiátrico e psicológico;

III - departamento de reabilitação física e mental;

IV - serviço de pronto-socorro;

V - ensino fundamental de 1° e 2° graus;

VI - cursos técnicos profissionalizantes, com ofício de instrução prática;

VII - departamento de educação física;

VIII - departamento pedagógico e recreativo;

IX - horta comunitária terapêutica;

X - oficina de artesãos;

XI - ensino rurícula;

XII - salão de comércio;

XIII - salão de visitas;

XIV - refeitório e lanchonete para visitantes e

XV - pomar ecológico.

Art. 6° - As minipenitenciárias regionais contarão com subdivisões para:

I - condenadas;

II - condenados ex-integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Polícia Federal;

III - condenados ex-integrantes do Poder Judiciário.

Art. 7° - A Superintendência de Organização Penitenciária tem a prerrogativa de determinar prioridades para a implantação das minipenitenciárias regionais.

§ 1° - As minipenitenciárias regionais serão implantadas, primeiramente, nas comarcas a que se refere o inciso I do art. 2°, e, posteriormente, nos municípios a que se referem os incisos II e III do mesmo artigo.

§ 2° - As prioridades determinadas pela Superintendência de Organização Penitenciária serão estabelecidas em decreto,

conforme disposto no § 2° do artigo 2° desta lei.

Art. 8° - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 9° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A necessidade imperiosa de sepultarmos práticas ultrapassadas no sistema carcerário vigente no país e no Estado levou-nos a pensar em uma forma de reeducação para os detentos do Estado do Paraná.

Somos nós brasileiros, vítimas de um sistema prisional, que não proporciona condições adequadas à reeducação do detento. Moradores de um País rico, entretanto falido, assistimos à morte de 45 crianças em cada mil, antes de completar um ano. Habitantes de um País possuidor de inúmeras riquezas naturais, mas onde 32 milhões de crianças e adolescentes vivem em situação de absoluta pobreza, com uma renda familiar mensal "per capita" de até 1/2 salário mínimo.

A fome, a mortalidade infantil, a escravidão no campo, o desemprego, os sem-teto, os sem-terra, o menor abandonado e a discriminação racial são alguns dos aspectos da dura realidade em que vivemos.

Cabe portanto a nós, representantes de uma parcela do povo paranaense, enfrentar o desafio de restabelecer a justiça, impor a paz e a igualdade social e fazer com que nossos irmãos recolhidos aos cárceres do Estado reconheçam o interesse dos homens públicos em proporcionar-lhes uma vida mais decente no isolamento social onde se encontram, propiciando-lhes o preparo e a perspectiva de sua readmissão, como doentes curados, ao meio social.

Devemos ter em mente, também, que ao Governo e aos legítimos representantes do povo cabe a obrigação de dar aos que contribuem com os seus impostos uma segurança presente e futura; para isso apresentamos o presente projeto.

As MPRs visam, sobretudo, colocar o preso em condições de retorno ao convívio social e familiar, ministrando-lhes os conhecimentos básicos e outras informações e preparando-os de tal modo que reconheça a desnecessidade do cometimento de ilícitos para a garantia de sua sobrevivência. As MPRs objetivam colaborar e dar oportunidade aos que não tiveram chance de aprender, de conhecer, de trabalhar, de reconhecer em si uma pessoa decente, amiga, incapaz de ofender a integridade ou o patrimônio do próximo. As MPRs são promessas de dias

melhores para os condenados e seus familiares. Constituem por certo promessa de vida nova, repleta de realização e aprendizado.

PROJETO DE LEI N° 302/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica doado ao Município de Francisco Beltrão lote urbano sob n° 2 (dois) da Quadra n° 181 (cento e oitenta e um), situado naquela cidade, 1ª Circunscrição, com limites e confrontações seguintes: ao Nordeste pela Rua Otaviano Teixeira dos Santos, confronta com a quadra n° 176; ao Sudeste, por uma linha seca, confronta com o lote n° 4 da mesma quadra; ao Sudoeste, por uma linha seca confronta com o lote n° 1 da mesma quadra; ao Noroeste, por uma linha seca, confronta com a Rua Tenente Camargo, confronta com a quadra n° 180.

Parágrafo Único - O terreno objeto desta doação destina-se à construção de próprios públicos.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O lote urbano objeto desta lei pertenceu à municipalidade de Francisco Beltrão. Foi doado ao Governo do Paraná em 22 de junho de 1971.

No terreno doado deveriam ser construídas residências dos Senhores Juizes da Comarca. Vinte e dois anos já se passaram e não foi cumprido o requisito de utilização da área.

Agora, ocorrem dois novos fatos:

a - segundo informações, o Tribunal de Justiça não possui dotação orçamentária para edificar as residências dos magistrados; e,

b - como Francisco Beltrão teve um crescimento acima do esperado durante esses anos, o local, por certo, já não serve para abrigar as habitações pretendidas, pois fica entre a Prefeitura Municipal e o Fórum, no centro da cidade e não em área residencial apropriada.

Aliado a estes fatos há tempo a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão manifesta o desejo de reaver a área para construir, no local, dependências administrativas.

A carência de próprios públicos na cidade é enorme. Estas construções beneficiarão diretamente a população.

Apenas a título de exemplo: a Câmara Municipal funciona em imóvel locado. O Poder Executivo enfrenta igualmente o

problema em alguns de seus órgãos. E o próprio Governo Estadual não possui prédios para abrigar todos os seus serviços. A Prefeitura da cidade está pronta a solucionar estas questões desde que a área tratada neste texto legal seja revertida ao patrimônio da municipalidade.

A Assembléia Legislativa, em legislatura anterior, já aprovou esta meritória proposta. Ocorre que a medida foi vetada pelo Senhor Governador. Agora, as razões do veto de outrora, com certeza, já desapareceram. E, se assim não fosse, novos fatores acima citados justificam a nova propositura.

A medida é justa. Atenderá não apenas a Francisco Beltrão, mas toda região sudoeste do Paraná. E, porque o município tem um governo reconhecidamente responsável e um povo bom, honrado, cômico de seus deveres e responsabilidades, temos convicção que seus administradores, envolvendo o Executivo e Legislativo, saberão doar uma área equivalente, em local apropriado, quando o Tribunal de Justiça obtiver recursos para a construção das residências oficiais de seus representantes.

PROJETO DE LEI N° 303/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - Os estabelecimentos bancários, situados em todos os Municípios do Paraná, atenderão prioritariamente aos idosos com idade superior a 65 anos, aos deficientes físicos, às gestantes e às mulheres com crianças ao colo.

Parágrafo Único - O direito ao atendimento prioritário é assegurado indistintamente aos clientes e aos não clientes das agências bancárias.

Art. 2° - As agências bancárias afixarão, em local de boa visualização por parte do público, informações a respeito do atendimento prioritário.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

É visível, e cada vez mais crescente, o problema das filas em estabelecimentos bancários. Nada se faz ou se vê de concreto visando diminuir o problema. Recentemente, o conceituado Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Mário Celso, teve sancionado pelo Prefeito de Curitiba, projeto de sua autoria, que im-

plantou na capital do Estado este benefício.

Tomamos a liberdade de encampar este projeto e ampliá-lo para todo o Estado do Paraná.

Entendemos que por si só o projeto fala e fala muito. Pensamos traduzir preocupação da maioria dos pares desta Casa e merecer sua aprovação!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente e Srs. Deputados, Ponta Grossa há muitos e vários anos atrás teve a felicidade de possuir no seio da sua comunidade uma das pessoas mais dignas deste Estado e um dos Políticos mais exemplares a esta Nação, que com a sua vida, participando em todos os eventos da comunidade ponta-grossense, paranaense e brasileira; nos cargos e na profissão que abraçou deu mostras a esta Nação, e principalmente a novas gerações, que exemplos desta natureza devem ser seguidos. Recordo-me Sr. Presidente e Srs. Deputados ao homem chamado João Vargas de Oliveira, pessoa de origem humilde, jornalista na sua infância, empresário bem sucedido na sua vivência comercial, político correto, honesto e capaz e realizador em todos os cargos que ocupou, fossem de Deputado como esse que vos fala, como Deputado Federal, como Prefeito da nossa cidade, como Secretário de Estado, enfim por tudo aonde passou João Vargas de Oliveira lá esteve presente a ação, o dinamismo e a honestidade de que ele é possuído. E nós, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as homenagens sempre são feitas depois dessa passagem terrestre, aonde já não se encontra mais no nosso meio aqueles que realmente assim o merecem; e nós agora, aproveitando a oportunidade, quando as suas empresas fazem 60 anos de atividades ininterruptas em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais e no nosso Paraná, não poderíamos de maneira alguma, neste País e neste Paraná de crise, aonde os realmente públicos, aonde os políticos...

O SR. MIRÓ GUIMARÃES - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Novamente meu amigo Luiz Carlos Zuk, quando se fala do ex - Deputado representante de Ponta Grossa, João Vargas de Oliveira, nós não podemos ficar quietos e calados sendo membros desta Casa sem vir aqui lhe parabenizar e afirmar tudo aquilo que Vossa Excelência fala. Porque uma pessoa do quilate do ex Deputado João Vargas de Oliveira, ex - Prefeito uma pessoa que trabalhou muito pela nossa cidade, pela nossa região de Ponta Grossa, nós só temos

que vir aqui afirmar e avalizar tudo aquilo que você está falando e mais um pouco. Era isso, obrigado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Conheço o Deputado João Vargas de Oliveira de longa data, fui seu colega na Assembleia Legislativa como Deputado e acompanhei toda a sua vida pública, tenho acompanhado, hoje já passado dela, foi Secretário de Estado da Agricultura, Deputado Federal, Prefeito de Ponta Grossa, um homem corajoso, um homem inteligente, e acima de tudo um patriota, que ama o seu Estado e muito mais a sua Cidade de Ponta Grossa. Vossa Excelência está sendo justo, e fazer justiça pelo lado bom é muito importante. Esse País e este Estado precisa ter memória, precisam ter memória, essa memória tem que ser cultuada, tem que ser respeitada, de modo que Vossa Excelência está tendo um gesto nobre, um gesto de grande altruísmo e um gesto de justiça, enaltecendo a figura do Doutor João Vargas de Oliveira pelo muito que ele tem feito pelo muito que fez por Ponta Grossa, pelo Estado do Paraná e como Deputado Federal pela República.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Esta Presidência pede a compreensão dos Senhores Deputados para que não seja pedido aparte no Horário do Pequeno Expediente porque contraria o Regimento desta Casa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Nós agradecemos as manifestações do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães e Colombino Grassano que teve a felicidade de conviver com ilustre personalidade que é João Vargas de Oliveira.

Nós queremos tão somente através deste Requerimento que colocamos à Mesa para que fique registrado aqui no Paraná e principalmente neste Parlamento que pessoas como essa servem e servirão sempre como exemplo a nós todos.

E ao encerrar a minha presença aqui, venho pedir aos Nobres companheiros que aprovassem este Requerimento de justiça, de razão e de direito a quem realmente muito fez e muito fará com o seu exemplo às gerações futuras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Horário ainda do Pequeno Expediente, já inscrito, o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Ilustre Presidente, Senhora e Senhores Deputados, Rolândia estará comemorando festivamente na próxima terça-feira, dia 29, o seu 59º aniversário

de fundação.

Rolândia tem a data de 31 de dezembro de 1943 a emancipação política. Entretanto se comemora festivamente a data de sua fundação, a data de construção da primeira casa.

E é neste sentido que gostaríamos de aproveitar da oportunidade para fazer um convite ao Senhor Presidente, à Senhora e Senhores Deputados para que compareçam em Rolândia no dia 29 próximo vindouro para prestigiarem aquele acontecimento tão importante que é o 59º aniversário de sua fundação.

O Município de Rolândia é um dos Municípios importantes do Estado do Paraná. É um Município que tem uma agricultura racional, uma agricultura das mais fortes do Estado do Paraná porque existe uma diversificação muito grande.

É em Rolândia que nasceu o plantio direto através da família Bartes. É em Rolândia que surgiu o plantio direto de arroz em terraços.

Por isto gostaríamos de pedir permissão aos ilustres Deputados para falar um pouco da nossa agricultura que tem a sua razão principal na atividade econômica no Município de Rolândia seguindo logo e imediatamente a industrialização.

Rolândia tendo uma agricultura realmente forte pela sua diversificação teve a seguinte produção agrícola no último ano, na safra de 92/93. Foi colhido 372 toneladas de algodão em caroço; 38.700 toneladas de soja; 27.500 toneladas de milho; mil e cem toneladas de arroz irrigado; 2.277 toneladas de arroz sequeiro; 3.373 toneladas de café em coco. 415.000 toneladas de cana-de-açúcar. E, Rolândia a sua destilaria produz álcool e a partir deste ano, produzindo também açúcar. 50429 toneladas de trigo e 600 toneladas de mandioca. Como os Senhores puderam observar, Rolândia tem uma diversificação agrícola muito grande, demonstrando a sua pujança na agricultura do Estado do Paraná. Rolândia, no campo industrial, - possui 156 indústrias, sendo 53 dessas, instaladas naquele município, durante a nossa administração como prefeito no período de 83 a 88. Existem 474 empresas comerciais. 180 empresas prestadoras de serviços. Quando assumimos a chefia do governo daquele município em 1983, aquele município classifica-se no 47º lugar na arrecadação de ICMS. Em nossa administração teve um crescimento extraordinário, passando para 20º lugar no Estado do Paraná, em receita de ICMS, perdurando até a atualidade. Por isso, Rolândia classifica-se dentre os 20 municípios que mais produzem ICMS no Estado do Paraná. Por esta razão, estamos encaminhando à apreciação da Mesa e dos Senhores Deputados, requerimento de congratulações com a admi-

nistração, com a Câmara de Vereadores e com o povo laborioso daquela cidade. Peço permissão ao Presidente para preceder à leitura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal Leonardo Casado, à Câmara Municipal, extensiva a toda população ordeira e trabalhadora de Rolândia, pela passagem do 59º aniversário daquela cidade.

Sala das Sessões, em 23.06.93.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem a finalidade de homenagear o povo de Rolândia, que labuta no dia a dia pelo progresso do município.

Suas raízes mostram a história de uma das mais ricas colonizações em termos de preservação cultural, manutenção das áreas verdes intactas e da mais avançada tecnologia agrícola. Foi em Rolândia que teve início o plantio direto e o plantio de arroz irrigado em terraço.

Ao comemorar o 59º aniversário, Rolândia desponta alviçareira e pronta a prosseguir no desenvolvimento de seu vertiginoso progresso rumo ao futuro.

Agradeço, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Concedemos a palavra ao Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome da Comissão Especial designada por esta Casa para tratar do propósito governamental de privatização da Ultrafértil, posso afirmar: "Há patriotas neste País". Em conversa mantida há menos de uma hora com S. Excelência o Juiz Federal Gaudêncio Bonifácio Costa, Juiz titular da 2ª Vara Federal no Estado do Rio de Janeiro, Juízo para análise de todas as matérias e ações relacionadas ao processo de privatização da Ultrafértil, obtivemos a notícia de que o despacho, fundamentado em 9 páginas e, sobretudo, fundamentado num critério inadequado utilizado pela Comissão de Privatização que deu em subestimação de valor real da Companhia Ultrafértil, como também no fato de que o monopólio hoje público, de produção de fertilizantes seria transferido para o monopólio privado, S.Exa. Juiz Federal Raudênio Bonifácio Costa, patriota decidiu pela suspensão do leilão da Ultrafértil colocando por terra a intenção governamental de entregar essa

estratégica companhia estatal em nosso País.

Nesta hora, em nome da Comissão, parabenizando o conjunto de parlamentares desta Casa que unanimemente aprovaram o relatório da lavra do Deputado Florisvaldo Fier, relatório circunstanciado, metódico e que dá conta do histórico empresarial da Ultrafertil, dos seus objetivos e da sua prioridade nacional que tem as suas atividades, como também da grave lesão aos interesses públicos que representaria a sua privatização. Relatório que se deu sob a presidência do nosso colega Deputado Paulo Maia com a presença de diversos outros parlamentares desta Casa e unanimemente aprovada pela Assembléia Legislativa do Paraná.

Cumprimentar também outro patriota, velho servidor desta Casa que em nome próprio e em nome da Assembléia Legislativa do Paraná impetrou ontem à tarde ação popular em nome do povo do Paraná, Dr. Airtton Costa Loiola Procurador Geral da Assembléia Legislativa que também atravessou os últimos dois dias em exaustivos estudos que dessem fundamento à ação popular e posteriormente ao despacho da lavra do juiz federal da 2.^a Vara do Rio de Janeiro.

Que se registre, portanto, o patriotismo, a galhardia, a dedicação do servidor procurador geral Dr. Airtton Costa Loiola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o despacho que pode ainda ser reformado pela Suprema Corte do País é um despacho que vem de encontro com os interesses da sociedade brasileira e, especificamente com os interesses da sua agricultura, 40% do PIB fundamentado no desenvolvimento econômico agrícola estaria seriamente abalado, prejudicado se o monopólio público de produção de fertilizantes fosse transferido como foi transferida a produção de fertilizantes fosfatados com a privatização da Fosfertil e da Brasfertil. É interessante observar que o despacho de S.Exa. juiz de direito federal da 2.^a Vara do Rio de Janeiro, hoje pela manhã e essa é a notícia que dá conta de todos os esforços empreendidos pela Mesa da Assembléia Legislativa que merece a nossa consideração, em especial a presidência da Assembléia através do Deputado Orlando Pessuti que ontem ainda manteve contato ao lado do Secretário da Administração com o juiz da 2.^a Vara do Rio de Janeiro. Hoje pela manhã após ato público de que participamos em frente a Ultrafertil onde estavam os trabalhadores da Ultrafertil e diversos outros complexos industriais do Estado Brasileiro, tivemos oportunidade em palácio diretamente colocar em contato S.Exa. Governador em exercício Mário Pereira com o juiz de direito

da 2.^a Vara.

Posteriormente às 13:30 formalmente, pela primeira vez o juiz declarou a este parlamentar que a ele se dirigia em nome da Comissão especial para tratar da questão ULTRAFÉRTIL, dizendo do esforço que teve que empreender durante toda essa noite que passou para tratar das mais de 14 ações judiciais que foram movidas contra a privatização da ULTRAFÉRTIL, vindo por fim e ao cabo decidir-se pela suspensão do leilão da ULTRAFÉRTIL.

Sete pontos constantes todos do relatório deram causa a esse despacho, que deve merecer o registro, o cumprimento e o regozijo da nossa Casa.

Primeiro, para projetar os valores das vendas da ULTRAFÉRTIL nos próximos dez anos, a Trevisan, consultora contratada pelo Governo usou como base o preço da uréia no mar negro de 105 dólares por tonelada, que é o preço mais aviltado de todo mercado mundial, abaixo mesmo dos custos de produção.

Em segundo lugar, a Trevisan fez sua projeção de crescimento do mercado da ULTRAFÉRTIL usando o ano de 1991, o pior ano da história da agricultura brasileira e do mercado de fertilizantes, quando, devido a política de Collor a safra brasileira teve a sua maior queda.

Em terceiro lugar, quanto as despesas administrativas, a Trevisan usou os anos de 1990, 1991 e 1992 em que a despesa da empresa foi maior devido a inúmeras demissões com indenizações, rescisão de contrato, além de mudanças e adequação de instalações.

Em quarto lugar, como fundamento do despacho judicial, quanto ao terminal marítimo da ULTRAFÉRTIL a Trevisan calculou uma utilização de apenas 12% da capacidade instalada o que é inverossímil diante do potencial para prestar serviços para terceiros que permite, pelo menos, uma ocupação de 63% e não de 12% como avaliado pela construtora Trevisan.

A Trevisan também desconheceu na sua avaliação, o Projeto de substituição do óleo 4 A, para o resíduo asfáltico, o rasf, como combustível da caldeira de processo de ULTRAFÉRTIL, que causará uma redução ainda maior nos custos de produção.

Em sexto lugar, a Trevisan ignorou o processo de aumento da capacidade de produção da unidade de uréia idealizado pela "Stanicardon" e causando mais uma redução no valor de nove milhões de dólares no preço da Ultrafertil.

E, finalmente, a avaliação montada pela Trevisan usa inexplicavelmente uma taxa de desconto de 15,15%, quando a taxa internacional se situa em 4 e 10%, na hipótese menos favorável a honorário 10%, o preço da empresa se elevaria em

60%.

Esses alguns dos fundamentos da sentença do despacho do juiz da Segunda Vara Federal do Rio de Janeiro.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, peso fundamental para esse processo, a mobilização dos trabalhadores, dos parlamentares brasileiros, e em especial dos parlamentares dos estados atingidos diretamente pela medida, como é o caso do Estado do Paraná e Bahia, que de modo uniforme se pronunciaram contrariamente a privatização, peso decisivo a mobilização dos trabalhadores, dos governos dos Estados da Bahia e do Paraná, como também, um estudo que me parece indicativo para todo esse processo de privatização que lamentavelmente o Governo Federal insiste manter.

Um estudo publicado em 23 de maio próximo passado, no Jornal do Brasil, dá conta que após a privatização o equilíbrio entre os investimentos privados e públicos vai mudar drasticamente, estudo assinado pelas Nações Unidas em relatório mundial sobre o desenvolvimento humano, dentro do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, afirma, na realidade a privatização não terá nenhum efeito sobre este equilíbrio, primeiro, porque o número de empresas privatizáveis não é tão elevado na maioria dos países; segundo, porque o Estado será convocado a aumentar suas inversões, sobretudo na infra-estrutura física e social, as quais foram consideravelmente reduzidas nos anos 80. Na Argentina, por exemplo, a participação dos investimentos privados no total de investimentos do País, caiu de 62,7% entre 70 e 74, para 54,2% entre 87 e 91.

Aponta a Organização das Nações Unidas sete pecados capitais que foram traduzidos, todos eles, no relatório aprovado por esta Assembléia e reproduzidos na ação popular movida pelo Procurador-Geral em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e de todo o povo paranaense.

Os sete pecados capitais cometidos no processo de privatização brasileira e especificamente no processo de privatização que se pretendia em relação à ULTRAFÉRTIL, e que não se esgota e nem se supera de todo, consiste nos seguintes pontos:

1 - querer somente maximizar as receitas. É preciso, diz a Organização das Nações Unidas, através desse estudo, criar um contexto favorável ao jogo da concorrência e não a monopolização como seria o resultado da privatização da ULTRAFÉRTIL.

2 - substituir os monopólios públicos pelos privados é também considerado pela Organização das Nações Unidas um dos pecados capitais da privatização.

3 - vender segundo métodos discriminatórios e pouco transparentes que possam dar margens a acusações de corrupção.

4 - utilizar os produtos das vendas para financiar os déficits orçamentários e para amortização de dívidas.

5 - como também pecado capital apontado pela Organização das Nações Unidas, entupir os mercados financeiros com empréstimos públicos num momento de desinvestimento público.

6 - fazer falsas promessas aos trabalhadores.

7 - por último, recorrer cegamente aos decretos.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a palavra do Parlamento paranaense, dos seus trabalhadores através de suas organizações, a palavra do Governo do Paraná, bem como o de outros patriotas Brasil afora, expressa em despacho de nove folhas de S.Exa. juiz da Segunda Vara Federal, foi decisiva para que pudéssemos obter uma vitória nessa batalha específica.

Os cumprimentos a todos e a demonstração de que a unidade das forças democráticas, das forças políticas, populares é capaz de fazer este País entrar no rumo. Não obstante os equívocos que vêm sendo reiterados pelo Governo Federal, há a afirmação da cidadania que deseja decência, que deseja o controle pelos trabalhadores daquilo que eles construíram.

Meu muito obrigado e meus parabéns à Assembléia Legislativa do Paraná, ao povo do Paraná e a todos os patriotas que ingressaram nessa luta, que deve ser mantida para que sejam mantidos os interesses públicos do Brasil e do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Geraldo Cartário) - No Horário do Pequeno Expediente, convidamos o Deputado Algaci já inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Eu não sei que mal tão grande paira sobre a minha terrinha, o Município de Almirante Tamandaré.

Primeiro foi o ex-prefeito que deixou o município em estado de calamidade pública financeiramente, deixando rombos extraordinários, que colocam o atual Prefeito Cid Gullin numa situação difícil para dar atendimento ao quadro de funcionários, a manutenção da área do município e pagar as dívidas astronômicas deixadas pelo ex-prefeito. Só a título de curiosidade, um funcionário público da Prefeitura acabou entrando com uma ação no Ministério do Trabalho e tem direito a receber a pequena fortuna de três milhões de cruzeiros do Município de Almirante Tamandaré e ainda com direito a retornar ao trabalho. Este, talvez, seja um dos casos menores da maneira até desonesta, da herança deixada

pelo ex-Prefeito Roberto Perrusi aqui no vizinho Município de Almirante Tamandaré.

Graças a Deus, no último pleito, conseguimos a vitória e colocamos um homem honesto, filho da própria cidade, de família tradicional, que é o Prefeito Cid Gullin.

Depois veio o vendaval que atingiu parte do Município de Almirante Tamandaré causando mortes, prejuízos também de grande monta, a própria Assembléia, na época, encaminhou um cheque para aquele município, eu fui o portador, através do Presidente da Casa, dinheiro veio do Governo Federal também e no entanto as casas, foram de pequeno porte, colocadas em casa de alvenaria de famílias moradoras há anos na região e que passaram a morar em pequenos cubículos, porque parte do dinheiro foi desviado.

Agora acontece que a Sanepar vai a Almirante Tamandaré e resolve fazer a perfuração de vinte poços artesianos, vejam que nenhum trabalho técnico foi feito, nenhum estudo de solo foi realizado e o resultado disso está estampado hoje, Deputado Erondy Silvério, que é também e por muito tempo foi Deputado da região e ainda tem a sua grande Liderança e é uma pessoa respeitada no município, nada mais nada menos do que 20 residências, incluindo a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição está sendo escorada por vigas prestes a cair, porque a água que está sendo bombeada por estes 17 poços artesianos está provocando evidentemente, a movimentação da terra e como consequência rachadura e o perigo de queda de algumas casas.

Hoje pela manhã estive no município percorrendo a região e pude comprovar. Foi um trabalho feito sem um estudo técnico, o interesse talvez muito mais para aparecer politicamente do Presidente da Sanepar, Sr. Stenio Jacob, porque nós sabemos que a Sanepar é composta por extraordinários homens técnicos que sempre tiveram um conceito extraordinário naquela empresa, não posso admitir que técnicos da Sanepar não fossem saber da situação.

Disseram a mim, hoje pela manhã, que a perfuração dos poços em Almirante Tamandaré, foi feito através de um levantamento histórico do município, porque sabe-se que Almirante Tamandaré é o segundo maior lençol freático do Brasil, o primeiro está na Bahia, aí então resolveram perfurar de uma vez só 20 poços artesianos, 17 deles numa área de somente 800 m2, quer dizer um poço praticamente em cima do outro, sugando a todo instante milhares de litros de água, que provoca consequentemente aquele vazão no subsolo e consequentemente a terra começa a trabalhar.

Então nesse sentido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu venho a tribu-

na, utilizando o horário da Liderança do PL, que me é cedido gentilmente pelo Deputado Colombino Grassano, entrando com requerimento ao Senhor Presidente da SANEPAR com relação aos danos ambientais provocados pela SANEPAR no Município de Almirante Tamandaré que conforme notícias amplamente divulgadas pela imprensa local, os moradores do Município de Almirante Tamandaré vêm sendo prejudicados em seus direitos constitucionais de segurança à vida e a saúde, em decorrência da quebra do equilíbrio ambiental produzida pela perfuração de dezessete poços artesianos, e utilização através da extração de água pela SANEPAR; considerando que, as rachaduras produzidas em mais de cinquenta imóveis do município, além de outros danos às construções localizadas nas áreas próximas aos poços artesianos, conforme reconhece a própria SANEPAR através de seu diretor técnico, Marco Antônio Cenovicz (Gazeta do Povo - pag.60 - edição 24/06/93) -

"Bombeamento foi o responsável pelos danos"; considerando que, a Constituição do Estado do Paraná é clara quando, tratando "Do Meio Ambiente" - art.207, exige a realização de estudo prévio de impacto ambiental, para operação ou obra potencialmente causadora de degradação do meio ambiente.

Requer as providências cabíveis, com relação a essa situação.

Também caminham, praticamente no mesmo teor à Secretaria do Meio Ambiente, quanto ao impacto ambiental ocorrido no Município de Almirante Tamandaré, requeiro ainda que se procedam estudos imediatos de impacto ambiental.

Da mesma forma encaminho pedido de providências a Promotoria Especial de Defesa do Meio Ambiente, que a abertura de 17 poços artesianos, também quase que no mesmo teor, colocando aqui que a Constituição do Estado do Paraná, tratando "Do Meio Ambiente", no art. 207, § 1º, dispõe: (para assegurar a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado)

"§ 1º - Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

V - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade";

VI - exigir a análise de risco para o desenvolvimento de pesquisa, difusão e implantação de tecnologia potencialmente perigosa";

Vem, pelo presente, denunciar a degradação do meio ambiente, produzida pela SANEPAR no Município de Almirante Tamandaré,

e Requerer na forma da lei, a responsabilização do referido órgão quanto aos danos causados e verificação se o mesmo cumpriu os dispositivos de segurança, determinados pela Constituição Estadual e acima transcritos.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO"

E acabei inclusive trazendo de alguns dos moradores atingidos porque isso aconteceu, esse fato já vem ocorrendo desde abril do ano passado, e no entanto, desde o dia 15 de abril de 92, quando o gerente de Hidrologia da SANEPAR, Marco Aurélio Fontana e o Geólogo Alvaro Lisboa, ainda José Lopes proprietário de uma empresa empreiteira, disseram que poderia haver, deveria haver estudos preliminares antes das perfurações desses poços artesianos aí. E no entanto a SANEPAR continuou furando a região lá e deu no que deu, praticamente uma implosão no município causando danos de considerável monta, que hoje por uma ação impetrada por vinte dos quase cinquenta proprietários de imóveis atingidos vai dar a bagatela de aproximadamente dez bilhões de cruzeiros de prejuízo para a SANEPAR.

Quer dizer, aqui se comprova que o barato vai sair caro porque furar poços artesianos, bombear para Curitiba, para outras regiões é mais barato do que fazer uma represa, e aí está o resultado dessa situação toda. Então, neste sentido Senhor Presidente, eu estou também encaminhando ao Senhor Governador do Estado solicitando seja determinada a suspensão imediata das atividades da SANEPAR lesivas ao meio ambiente no Município de Almirante Tamandaré.

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder Legislativo, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná solicitando a determinação imediata da suspensão das atividades dos dezessete poços artesianos perfurados pela SANEPAR no Município de Almirante Tamandaré que, em função do bombeamento de mais de um milhão de litros de água por hora, sem qualquer interrupção, provocou e continua provocando desequilíbrios ambientais na região, através de rachaduras no solo.

Segundo reconhecimento pela própria SANEPAR, "o bombeamento foi o responsável pelos danos às construções localizadas na área próxima aos poços artesianos", que inclui prejuízos a mais de cinquenta imóveis, entre os quais a Igreja Nossa Senho-

ra da Conceição.

Diante disto, esperamos as providências do Chefe do Poder Executivo Estadual no sentido de suspender tais atividades, até que seja produzido relatório de impacto sobre o meio ambiente das atividades da SANEPAR no Município de Almirante Tamandaré, consoante dispõe o art. 207, V, da Constituição do Estado do Paraná.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO".

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO"

Por esta razão é que eu venho a esta Tribuna pedir essas providências em caráter de urgência e pedindo que esta Assembléia aprove este meu requerimento que pede a imediata suspensão desse bombeamento com os riscos seriíssimos de que algumas casas até venham a cair, venham a ter problemas sérios, causando até danos físicos a moradores daquela região, prova disso está a Igreja do Município, ela está escorada, porque a qualquer momento poderá vir ao chão, o padre já suspendeu todo e qualquer ato religioso até que se tome uma providência.

Então, é neste sentido que eu peço aos companheiros para que nos ajudem a aprovar este Requerimento porque trata-se de assunto seriíssimo, haja vista que hoje toda a imprensa, televisão, jornais e rádios fizeram plantão em Almirante Tamandaré focalizando e registrando o fenômeno que realmente aconteceu naquela região.

Repito, Almirante Tamandaré é o segundo maior lençol freático do País, só perde para uma Cidade na Bahia, e se fazer um trabalho desses, perfurar quase que vinte poços artesianos numa área só de 800 M2 é evidentemente falta de competência, talvez até muito mais por interesse eleitoral, para aparecer, e provocou esse estrago muito grande que vai causar sem dúvida alguma porque já há uma ação na justiça que requer indenização.

E a SANEPAR vai ter que desembolsar acima aproximadamente de dez bilhões de cruzeiros.

Era isso Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Grande Expediente, inscrito o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Dia desses atrás, mais precisamente no dia 14 de junho passado, o Deputado Federal, Doutor Delcino Tavares da Silva, esteve presente nesta Assembléia Legislativa.

Naquele momento ele fez uso da palavra e em vários pontos do seu pronunciamento,

quero aqui demonstrar o contrário. Nas folhas 3 e 4 das notas taquigráficas diz o então Deputado Federal e ex-Secretário de Saúde, que em 1987 assinou convênio com o SUDS e que estabelecia vários pontos que não davam para ser fiscalizados. Alguns pontos eu posso até concordar que não deixava claro os seus critérios; outros deixava plenamente claros; e alguns, apesar de claros, não foram cumpridos, como a questão, por exemplo, da isonomia salarial que até hoje o servidor público do Estado ainda procura.

Nas folhas 6 e 7, diz o Deputado Delcino Tavares, que ele foi absolvido por uma CPI que teve nesta Casa. Eu fui atrás da referida CPI e, Senhores Deputados, Não existe nenhum documento arquivado na Assembléia Legislativa do Paraná. O que existe na Assembléia Legislativa do Paraná? Existe a cópia das Atas e o Relatório Final dessa CPI, que não é assinado por nenhum dos Senhores Deputados e a Ata final somente consta a assinatura do Presidente daquela CPI.

Se na imprensa eu divulguei que houve manobra da Bancada governista para não conclusão dessa CPI, a manobra está provada quando a própria Bancada Governista esqueceu de assinar o relatório final da referida CPI, e os demais documentos desapareceram desta Assembléia Legislativa, tanto é que protocolei ofício junto à Mesa Executiva, solicitando cópias dos demais documentos e espero, sinceramente, que sejam encontrados esses documentos.

Na folha 17 das notas taquigráficas, o seu pronunciamento, quero dizer, fui eu quem fiz a numeração para poder localizar, uma vez que os Senhores têm as notas taquigráficas de toda a Sessão, diz o Dr. Delcino Tavares que o INAMPS glosou alguns pagamentos considerados irregulares. E ele diz: faz uma série de considerandos e conclui que as glosas decorrentes de impugnação de despesas realizadas em desacordo com o Decreto nº 95.861/88, e suas alterações com a resolução do INAMPS de 02.01.89, cujo fato gerador tenha ocorrido até o 3º trimestre de 90, deverão ser recolhidos pelo valor nominal. Significa que o Dr. Delcino assume, ele que agiu irregularmente, fora do que constava no convênio. E aqui mesmo ele diz que teve que devolver o dinheiro nos valores nominais.

Naquele dia que ele usou a palavra por cerca de quarenta minutos, analisando as notas taquigráficas, ele não conseguiu, em momento nenhum, dizer que as ordens de recolhimento não existem e ele não prova, tanto é que ele afixou xerox das ordens de recolhimento nesse documento que foi entregue a todos os Senhores Deputados. Aqui consta xerox das ordens de recolhimento e das irregularidades constatadas pela toma-

da de contas especial do INAMPS e ele, como falei, na folha 18, assume que teve que devolver dinheiro e mais, ele anexou, Senhores Deputados, nesses documentos que entregou aos Senhores, uma das folhas que diz o seguinte: "O Excelentíssimo Senhor Delcino Tavares da Silva... (Ofício PR nº 143, datado de Brasília, de 5 de março de 1990, assinado pelo Senhor José de Ribamar Pinto Serrão. Diz o ofício fixado na documentação que o Senhor Delcino entregou aos Senhores Deputados, no segundo parágrafo diz: "Em consequência, comunico a Vossa Senhoria que o setor competente do escritório regional do INAMPS nesse Estado, emitirá uma ordem de recebimento no valor de Cr\$ 132.964,19, para ser recolhido com recursos próprios dessa Secretaria, relativos a despesas efetuadas em desacordo com os atos legais e normativos que regem a matéria relacionada a seguir:

- construções e instalações hidráulicas e sanitárias domiciliares em 22 municípios;

- financiamento de alimentação aos "sem-terra" acampados no Município de Quêrência do Norte, em 21 de julho de 88.

- contratação da Fundação de Desenvolvimento Administrativo de São Paulo, para serviço de assessoramento técnico especializado para reorganização das unidades regionais da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, em 1988, setembro.

- aquisição de 106 veículos, 3 caminhões, 8 caminhonetes, 32 Kombis, e pick-ups, para ampliação da frota da Secretaria de Saúde".

Senhores Deputados, Delcino falou por cerca de 40 minutos, quando ele mesmo entregou a prova das irregularidades nas mãos dos Senhores. Basta folhear. Não precisava ouvir o que ele estava dizendo.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu me inscrevo para um aparte a Vossa Excelência.

O SR. DR. ROSINHA - Em dois momentos essa documentação...

Eu peço a consideração do Senhor Deputado. Na hora em que concluir o pensamento, darei com prazer o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu aguardo Vossa Excelência.

O SR. DR. ROSINHA - Na folha 33 das notas taquigráficas, o Deputado Renato Adur faz um aparte e diz: "É bom que se frise que há 15 dias atrás, nós entramos com um requerimento nesta Casa, que foi devidamente aprovado por toda a Assembléia Legislativa e após a aprovação, a Presidência da Casa determinou que a segunda-feira se constituísse numa Sessão Especial para

ouvirmos os seus esclarecimentos, bem como o do Dr. Tourinho.

Na terça-feira passada, o Deputado Rosinha entrou com outro requerimento, alegando que por motivos pessoais não poderia comparecer".

A Sessão foi no dia 14. O requerimento do Deputado Renato Adur não foi de 15 dias anteriores. Está aqui a cópia. Foi do dia 7 de junho, precisamente uma semana antes. O meu requerimento não foi tão posterior. Foi no dia 8, ao verificar que a minha agenda estava impossível. Diferença de um dia, Senhores Deputados. Um dia. Portanto, é necessário estabelecer a verdade.

Nas folhas 35, há um aparte do Deputado Djalma de Almeida César, onde coloca alguns considerandos a respeito do seu irmão e diz que renunciaria ao mandato, não sei em quais condições, e que qualquer coisa, renunciaria. Eu quero dizer o seguinte, Deputado Djalma de Almeida César: eu não estou desafiando ninguém a renunciar o mandato. O que eu sabia da CPI, é que o irmão de Vossa Excelência ocupava o cargo de administração do DECOM. O DECOM foi contratado com o SUDS, cujo procedimento era considerado irregular pelo INAMPS e foi contratado para efetuar reformas. E eu tenho a cópia do contrato assinado pelo Dr. Delcino Tavares e pelo Diretor Administrativo Antonio Carlos de Almeida Cesar. Tenho cópia do ofício do INAMPS que estabelece que a reforma é para ser feita no posto de saúde Prainha, posto de saúde Ponta do Oeste e posto de saúde Ilha do Mel.

Há cópia da auditoria feita pelo INAMPS na Ilha do Mel, dizendo que a reforma foi feita num único posto e não nos outros dois, portanto, houve irregularidade. Pode não ter havido irregularidade pelo irmão de Vossa Excelência, mas a realidade é que está provado. No momento que se levantou qualquer suspeita sobre o irmão de Vossa Excelência, que eu não faço nenhuma acusação aqui, no mínimo seria Vossa Excelência afastar-se da relatoria da CPI por levantar suspeitas que o Senhor está arcando com ela até hoje.

O irmão de Vossa Excelência processou o Dr. Aiex, que foi condenado por calúnia, sem ter direito de defesa e foi condenado à revelia e nunca foi preso no Ahú, como diz o Dr. Delcino nesse documento. Eu não tenho procuração do Dr. Aiex, mas ele foi preso em Foz do Iguaçu, entrou com recurso, porque foi condenado, sem direito de defesa e à revelia e está sendo novamente analisado o recurso do Dr. Aiex, portanto, a "condenação" também existe.

Na questão, por último o Dr. Mário Tourinho fez uso da palavra no final. Diz ele: Na gestão de Delcino Tavares foram emitidas ordens de serviços no qual o Se-

nhor Deputado, que era Secretário de Estado e saldou quase todas, ou seja, houve irregularidade, houve a cobrança e foram saldadas quase todas. Portanto eu não falei mentira, ao dizer que existia irregularidades.

Diz ainda, agora só um esclarecimento, saldou pelo principal, porque nós temos aqui em nossas mãos um diretor de administração e finanças do INAMPS da ocasião na qual, realmente assim o determinava. Posteriormente, com base no parecer do Tribunal de Contas da União Dr. Ricardo Akel na época presidente do INAMPS impugnou e disse que tinha que ser saldado com juro e correção monetária e hoje está sendo cobrado pelo Tribunal de Contas da União.

É o que representa hoje essas ordens de recolhimento emitidas pelo INAMPS na ordem de aproximadamente 300 bilhões de cruzeiros da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná deve para o Governo Federal sim. Na gestão Delcino Tavares, Manoel de Almeida Neves, Sebastião Pimentel e já adentrando na administração recente conforme informações prestadas pelo INAMPS e atual secretário.

Diz Delcino que ele tem uma certidão negativa do Tribunal de Contas da União. A certidão negativa diz o seguinte: que ele não foi condenado, mas não diz que não há inquérito tramitando e não diz que ele teve que devolver dinheiro porque foi condenado e devolveu. Portanto, foi nesse sentido que foi retirada a condenação dele. E de acordo com o jornal Folha de Londrina do dia 12.04.92, "Tribunal de Contas manda Delcino devolver 1,2 bilhões de cruzeiros". Isso cerca de um ano atrás.

O Dr. Rosinha não falou no vazio. O Doutor Rosinha tem documentos. Diz Delcino Tavares que vai me processar por calúnias. Ele já processou o Dr. Aiex. O Dr. Aiex foi inocentado pelo juiz da 2.^a Vara Criminal.

E diz mais o Sr. Juiz: recomendo que documentos partes desse processo sejam encaminhados ao Ministério Público para apurar as irregularidades na administração de Delcino Tavares da Silva.

Portanto, se quiser processar o Doutor Rosinha a justiça existe, pode processar.

Documentos não faltam, jamais desviei verbas públicas, jamais fiz uso de mandatos eletivos que tenho, para uso próprio, e, ao contrário do que fala a imprensa, ou fala o Dr. Delcino, eu não o estou acusando de roubo, eu estou dizendo que há e houve, que houve irregularidades na administração dele quando Secretário, e documentação temos bastante.

Concedo aparte a V. Exa.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço a oportunidade de V. Exa., apenas, Dr. Rosi-

nha, eu farei algumas colocações, uma delas seria, dizer a V. Exa., de que passe a observar que as suas denúncias contra o Deputado Federal Dr. Delcino...

O DR. ROSINHA - Minhas não, da tomada de contas do INAMPS que acusou as irregularidades...

O Sr. Dirceu Manfrinato - as denúncias de V. Exa. pela imprensa, que tenho acompanhado, passo a observar que V. Exa. já passou e transferiu essa questão para casos pessoais. Eu acho que a Assembléia Legislativa do Estado tem que resguardar a sua integridade e não podemos aceitar aqui as brigas domésticas envolvendo este Poder. Na verdade, ilustre Deputado, V. Exa. questiona tanto com relação ao ex-Secretário da Saúde, e eu volto a frisar a V. Exa. de que ele passou pelo crivo popular e hoje é detentor do mandato de Deputado Federal.

O DR. ROSINHA - O Collor também passou pelo crivo popular.

O Sr. Dirceu Manfrinato - O Lula, que é o seu Chefe, também concorreu a uma eleição e não chegou ao Poder. Então V. Exa. veja o comparativo, que o seu que era tão honesto não ganhou as eleições, então era pior do que todos os honestos, porque se fosse bom como V. Exa. prega ele seria o Presidente da República.

Então veja V. Exa. os erros e as injustiças que V. Exa. comete por esta briga pessoal. Delcino Tavares eleito Deputado Federal um dos mais votados do Paraná. Dr. Aiex que eu presenciei várias reuniões da CPI condenado e preso em Foz do Iguaçu.

As acusações que V. Exa. faz, inclusive, e querendo envolver o irmão do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, V. Exa. talvez não tenha conhecimento que quem abriu processo contra o Dr. Aiex também foi o irmão do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, Dr. Antônio Carlos de Almeida. E com isso o Dr. Aiex pagou pela sua condenação por exatamente vir à CPI fazer acusações, indevidas, levianas, irresponsáveis, e até V. Exa. pode estar sendo contagiado por acusações do Dr. Aiex aqui nesta Casa.

Mas V. Exa. como detentor de um mandato é um homem que é um profissional liberal, não pode deixar cair a sua personalidade de seu mandato político e acima de tudo um homem que cursou o terceiro grau. Essas histórias de tentar desmoralizar aqueles que produziram, principalmente, eu sou testemunha, o Dr. Delcino foi um Secretário exemplar atendendo os menos favorecidos pela sorte no nosso Estado, um programa exemplar do ex-Governador Álvaro

Dias no tocante à Saúde, o Doutor Delcino cumpriu com eficiência e com responsabilidade.

Eu acho que Vossa Excelência quando chama o Deputado Delcino para um debate público, Vossa Excelência está fugindo dos seus artifícios que tanto fala que é a própria justiça. Se Vossa Excelência tem convicção e certeza do que fala, não há razão de convocar debates públicos quando nós temos a justiça para julgá-lo e, ao mesmo tempo, julgar quem Vossa Excelência acusa.

Por isso, eu quero discordar das atitudes de Vossa Excelência e acho que isso aí não passa de complô de interesses atrás disso tudo na tentativa de tentar desmoralizar um Secretário que, pelo menos da minha parte, eu tenho grande reconhecimento pelo que fez na saúde do nosso Estado.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e, ao trilhar os seus discursos, existe ainda a esperança, se é que Vossa Excelência deseja, que é o Tribunal de Justiça do Paraná.

O SR. DR. ROSINHA - Eu quero dizer o seguinte: quem acusou irregularidades na questão do ex-Secretário não fui eu; foi o INAMPS. O próprio Deputado Delcino Tavares divulgou esse documento para Vossas Excelências. Basta apenas folhear e encontrar um ofício PR-143, datado de Brasília do dia 05 de março de 90, onde coloca que ele tem que recolher dinheiro para os cofres públicos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência me permite só complementar?

Como Vossa Excelência gosta de debates, eu gostaria que Vossa Excelência, como democrático que é, desse-me o direito de resposta. Vossa Excelência falou do INAMPS agora. Se Vossa Excelência permitir, vou fazer a minha análise com relação ao INAMPS.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Espere-me terminar.

Vossa Excelência falou e eu respeitei. Darei novo aparte ao Senhor no momento oportuno.

A rotina técnica 08/90 também coloca que o Doutor Delcino teve que devolver. O próprio pronunciamento do Delcino também coloca que ele teve que devolver. O Doutor Mário Tourinho confirmou que teve que devolver porque era irregular. Então, não sou eu.

Se alguém também está dizendo que estou trazendo questões pessoais ou talvez mesquinhas em relação ao Doutor Delcino, não sou eu quem pediu a transcrição nos Anais, de uma carta que o Doutor Delcino enviou a todos Deputados! Não fui eu!

Vou votar contrário porque aquela car-

ta começa com um título incorreto, Senhores Deputados: "A verdade do SUS no Paraná". O nobre Deputado, Doutor Delcino, foi Secretário de Saúde na época do SUDS - Sistema Único Descentralizado de Saúde; e não na época do Sistema Único de Saúde. O Sistema Único de Saúde foi aprovado com a Constituição de 88 e começou a ser implantado em 89. O Delcino pegou só um pouquinho e depois saiu, licenciou-se para concorrer a um mandato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite?

O SR. DOUTOR ROSINHA - Tenho que continuar. Vossa Excelência levantou várias questões e tenho que responder a todas elas.

Vejam só que ironia. O nobre Deputado Manfrinato chamou a atenção: Lula que é honesto, não foi eleito, e traça um paralelo com o Deputado Doutor Delcino, de que Collor, como desonesto, foi eleito. Vejam a ironia! Dizer por aí que o Tribunal de Contas inocentou - como estou dizendo - acabou de inocentar as contas do Collor, conforme a imprensa divulgou recentemente.

Acho que o que nós temos que debater é o sistema de saúde do Estado do Paraná, irregularidades que houveram ou que podem ocorrer.

Não tenho medo de debate com o Doutor Delcino, não. Todos os Deputados foram avisados de que eu estava impedido naquele dia. Desafio o Deputado Delcino para um debate, de público. Parece-me que o Secretário de Saúde está nos chamando em igualdade de condições, sentados na mesma mesa, com os mesmos critérios, com o mesmo tempo de exposição e de rebate de perguntas.

Aceito o desafio, não tem problemas. Convido a todos os Senhores Deputados a irem lá.

Dizer que foi o irmão do Deputado Djalma do Almeida César que processou o Doutor Aiex - não tenho procuração do Doutor Aiex, eu sei quem foi - eu não ataquei o Deputado Djalma de Almeida, em momento nenhum; o que disse, é que no momento que levantou-se a suspeita sobre o irmão do Deputado, caberia ao Deputado não aceitar a condição de relator daquela comissão - que por sinal o relatório arquivado não está assinado por nenhum dos Senhores Deputados daquela CPI.

Então essa é a única questão que coloquei e a crítica que fiz de não constar assinatura, não estou acusando o Deputado Djalma, nem o irmão do Deputado Djalma, estou dizendo que, pelo ponto de vista ético, eu me afastaria.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência

permite-me só concluir a questão do INAMPS?

(Assentimento).

Com relação ao INAMPS que Vossa Excelência coloca, de que o Doutor Delcino teve que devolver, eu até não entro no mérito disso, sabe, ilustre Deputado. Conheço tantos Prefeitos aqui no Paraná que precisaram devolver dinheiro no Tribunal de Contas, de cidades grandes, inclusive - não quero citar aqui.

Ilustre Deputado, o INAMPS é um órgão que estava totalmente corrompido, um dos órgãos que envergonha o País - e Vossa Excelência sabe perfeitamente disso - não tenho autoridade muito a cobrar quando se de dentro da sua própria estrutura tem sido o desastre financeiro da Nação, vergonhoso e que Vossa Excelência sabe muito bem disso.

Pelo menos, os seus Deputados Federais do PT têm denunciado isso no Congresso Nacional e Vossa Excelência sabe perfeitamente disso.

Então, o INAMPS também não é isto que Vossa Excelência fala e que pela felicidade parece-me que já foi até extinto, agora por um ato dos Deputados.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Nunca defendi a instituição INAMPS, até porque os cargos de confiança foram indicados pelos governantes da ditadura, principalmente, e houve muita roubalheira. Agora, defendo os técnicos e os funcionários do INAMPS, porque já trabalhei com muitos deles, sei que são competentes, são profissionais cumpridores de suas tarefas e no caso, o Paraná foi elogiado como o melhor sistema de auditoria do Brasil, o sistema de auditoria do INAMPS, devido aos seus técnicos competentes.

Se existia corrupção em nível superior, sempre existiu e eu sempre denunciei e inclusive, para conhecimento de Vossa Excelência, li a Lei de Extinção do INAMPS e remeti ao Presidente da Comissão de Saúde do Congresso Nacional um fax; ao líder do meu partido e aos Deputados da Comissão de Saúde do PT, sugerindo inclusive mudanças na legislação que era proposta, visando preservar todos os processos que lá tramitavam de irregularidade, até a sua conclusão, porque se não acaba com o INAMPS e acaba os processos que têm lá dentro - e procurei na minha parte de cidadão enviar o fax para que isso fosse corrigido. Extingue-se o órgão, mantém-se os profissionais competentes como auditores e logo depois transfere para outro órgão que pode ser o Ministério da Saúde, para continuar nas auditorias, porque existem profissionais competentes.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Henri-

que Bona Turra.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Antes da Sessão, Deputado Florisvaldo Fier, tive a oportunidade de brevemente conversar com Vossa Excelência, tendo sido notificado do teor do pronunciamento que Vossa Excelência faria nesta tarde, e esclarecer brevemente as relações entre o Departamento de Obras e a Secretaria de Estado da Saúde.

A Secretaria de Estado da Saúde dispõe de um Departamento de Engenharia - como aliás, outras entidades e órgãos do Estado do Paraná dispõem de departamentos próprios de Engenharia que só foram extintos mais recentemente, por força de despacho do atual Governador do Estado.

O ex-Governador Álvaro Dias, no final de sua gestão, tendo em vista irregularidades de natureza administrativa na execução de convênios sem a necessária intervenção do Departamento de Obras, também através de decreto próprio, estabeleceu que todos os contratos e convênios deveriam sofrer, desde a fase de sua geração, que é mais importante, que é quando se forma o convênio até o processo de execução, o acompanhamento do Departamento Estadual de Construção, Obras e Manutenção.

Digo isso, Deputado Florisvaldo Fier, para esclarecer a posição do Departamento de Obras do Estado, que à época era presidido pelo engenheiro Martin Roeder, tendo como Diretor Administrativo Financeiro o advogado Antônio Carlos de Almeida Cesar, o Departamento de Obras e o Departamento de Engenharia viveram durante todo o Governo anterior, e historicamente, condições.

De um lado, a Secretaria de Estado da Saúde, para não expandir para outras áreas da administração, estabeleciam as prioridades, assinavam o convênio com o valor já pré-definido e apenas faziam o encaminhamento protocolar e burocrático ao Departamento de Obras, que procedia o registro e passava a exercer a fiscalização.

Qual o grau de erro, que reduzido, e aqui da experiência à frente do Departamento de Obras, cometido na gestão Delcino Tavares, que constitui irregularidade administrativa, e como Vossa Excelência bem retratou, no caso concreto, não constitui atentado contra a probidade administrativa, no que consistiu esse erro? Consistiu em firmar convênios com municípios paranaenses, não a valores superfaturados; mas ao contrário, em valores subfaturados, em outras palavras, repassou-se aos municípios valores insuficientes para a execução dos entendimentos, dando como resultado final na inexecução de diversos empreendimentos, diversas obras que não foram concluídas e que só agora, com o esforço do

Governo do Estado e dos municípios é que podem ser concluídas. E o que determinou inclusive que diversos municípios tivessem que devolver esses recursos de convênio para o Estado do Paraná.

Muito bem, isso Deputado Florisvaldo Fier, para situar a posição específica do Departamento de Obras à época e que se projetou para as circunstâncias atuais. Na época, como também atualmente existe, esse que é um problema sério. O Departamento de Obras, que é um departamento instrumental, isto é, é um departamento que deve proceder a instrução prévia, o acompanhamento e o recebimento da obra, está à margem do processo decisório político sobre onde se vai construir em muitas vezes, e isso é grave, e precisa ser corrigido por dispositivos que precisam ser aperfeiçoados inclusive por esta Casa, o Departamento de Obras deve ser, e assim entendeu o Tribunal de Contas em relação às Universidades, as Universidades vêm mantendo homens, engenheiros, arquitetos, departamentos de obras, que no caso da Universidade de Londrina, tem quinhentos funcionários o Departamento de Obras da Universidade de Londrina, a de Maringá trezentos e cinquenta, e se mantêm em departamentos de engenharia, na FUNDEPAR, na Secretaria de Saúde e em diversas outras unidades em prejuízo das funções institucionais.

Então, Deputado Florisvaldo Fier, concluo, para dizer que a divergência de natureza técnica entre a Secretaria de Estado da Saúde, o seu Departamento de Engenharia e o Departamento Estadual de Construção é uma divergência histórica.

Esses convênios, especificamente que foram os que Vossa Excelência deu vistas a mim, pouco antes do seu pronunciamento, são todos convênios um a um contestados pela diretoria anterior, como contestados pela Diretoria atual, por que são irregulares, do ponto de vista da probidade? Não, porque são irregulares do ponto de vista técnico, isto é, o departamento de obras não foi quem exerceu, o departamento de obras não foi quem procedeu a locação da obra e meramente foi comunicado pela Secretaria de Estado da Saúde e que tais obras tinham sido conveniadas e estavam em processo de execução.

E mais grave ainda é a inexecução de diversas obras.

Portanto, que se resguarde a posição da antiga diretoria do departamento de obras, que não tenho procuração para defendê-la, onde errou eu a alcancei, e mais especificamente, que se resguarde a posição do Diretor Administrativo Financeiro à época, advogado de carreira do Estado, que ingressou no Estado por meio de concurso público, hoje atuante no Departamento de Estradas de Rodagem, Antônio Carlos de Al-

meida Cesar.

O Doutor Antônio Carlos de Almeida Cesar que conduziu esse processo e como em todos os processos que me certifiquei à frente do Departamento de Obras, com absoluta lisura, e não teriam nenhuma razão para assinar os atos que lá foram praticados, não houvessem razões de sobra para referendá-los.

Portanto, a diretoria do departamento de obras, que resistiu às irregularidades técnicas, veja bem Vossa Excelência, e que fez o que pôde para que as obras chegassem a cabo e com o consórcio dos municípios, nós, e aí concluo a Vossa Excelência dizendo, vamos em conjunto Deputado Florisvaldo Fier, para além da denúncia, para além da identificação das irregularidades, nos sentar para a formulação de um projeto que permita, em primeiro lugar, que a Secretaria de Estado da Saúde, e isto foi o que nós tratamos na Polícia Militar, trate das políticas de saúde.

Não é papel da Secretaria de Estado da Saúde promover compras, não é papel da Secretaria de Estado da Saúde promover obras. Este é o papel dos departamentos e áreas especializadas do Governo. E aí está o principal problema: no momento em que a Secretaria de Estado da Saúde derivou para a realização de compras, para a realização de obras, começaram a surgir, por deficiências técnicas, por despreparo, por desestruturação setorial, problemas de toda a ordem. E somente quando a Secretaria de Estado da Saúde se detivesse única e exclusivamente na implementação das políticas de saúde pública, é que nós teremos superado episódios como este e teremos a possibilidade de implantar políticas de interesse público, conferindo, remetendo às áreas especializadas do Governo as tarefas instrumentais de execução de obras e promoção de compras.

Eram estas as questões que queria levantar e os esclarecimentos a Vossa Excelência e aos demais pares nesta Casa.

O SR. DR. ROSINHA - Eu não estou aqui discutindo o DECOM, nem os contratos que o DECOM assina. Não é isto. Eu estou aqui dizendo que quando, por ocasião que o Deputado Federal Delcino Tavares esteve aqui, ele confessou as irregularidades através de documento que distribuiu e assumiu durante o seu pronunciamento, que ele devolveu dinheiro, portanto, as irregularidades acusadas pelo INAMPS existem e provavelmente continuarão ainda muitos outros processos do INAMPS, devem estar em pauta para que o Deputado se defenda das irregularidades que ele é acusado e algumas ele já devolveu.

Eu não vim discutir o DECOM. Eu vim discutir o que aqui se falou na minha au-

sência, quando todos sabiam que eu estaria ausente e ele confessou no seu pronunciamento e no documento que entregou aos Senhores Deputados.

O Sr. Luiz H. Bona Turra - Mas a única participação que teve o advogado Antônio Carlos de Almeida César, foi ao subscrever, isto é, apor a sua assinatura...

(Vozes paralelas)

O SR. DR. ROSINHA - Eu não estou discutindo a posição do DECOM. Eu só levantei que naquele momento o...

(Vozes paralelas)

...impedido eticamente, uma vez que haviam acusações. Não estou discutindo o DECOM.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz H. Bona Turra - Se então não se discute a posição do DECOM, não há que se discutir a posição do Antonio Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Com a palavra o Partido Progressista, no Horário das Lideranças. Deputado Djalma de Almeida César.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu quero ser breve nas minhas palavras, mas diante das colocações do nobre Deputado Doutor Rosinha fico na obrigação e também dizer alguma coisa, até ratificando aquilo que eu havia dito dias atrás e que naquela ocasião, Doutor Rosinha, eu havia lançado um repto a Vossa Excelência.

Eu não quero aqui criar polêmica, até porque eu não pertencço a área da saúde. Eu não estou brigando por espaço no setor de saúde do Estado ou quiçá até do próprio País.

Eu não nasci em Ponta Grossa, sou cidadão ponta-grossense através de outorga da Câmara Municipal de Ponta Grossa, mas resido ali desde criança, desde 1950. A minha vida, Luiz Carlos Zuk, é um livro aberto e Vossa Excelência que foi até meu adversário em algumas ocasiões é testemunha do que vou dizer aqui: podem fazer uma devassa. Eu já bati a faixa dos cinquenta anos, acho que falo com os pés no chão. Nesses dez anos de Parlamento eu acredito que o meu rabo de palha, sobretudo, Dirceu Manfrinato, não ficou preso em lugar nenhum.

Eu sou um democrata. Não nasci em berço de ouro. Fui líder estudantil desde os bancos escolares, passando pelo ginásio, presidente de grêmios estudantis, líder universitário, combati também a ditadura nos corredores da Universidade. Se forem vasculhar minha vida lá atrás, eu acho que posso provar e comprovar que fui

um guerrilheiro e um soldado em favor da democracia, devo ter por aí algumas anotações, anotações essas feitas pelos homens que tomaram de assalto este País em 1964. Nas últimas eleições presidenciais por ser democrata e por acreditar nesse País, votei no Ulisses Guimarães no 1º turno e votei no Lula, Doutor Rosinha, no 2º turno.

Na condição de Secretário do Trabalho, principalmente, eu trouxe aqui, atendendo lideranças comunitárias e populares deste Estado, trouxe para proferir palestras em Seminários, Encontros de Lideranças, Roberto Freire, eu trouxe a Erondina, então Prefeita da capital paulista. Eu não vejo aqui problemas partidários, quando se tem em mente, sobretudo a busca do fortalecimento da democracia neste País. Somos 9 irmãos: 3 mulheres e 5 homens. Nenhum debilóide graças a Deus, e nenhum corrupto, felizmente. Minha mãe, coitadinha, como eu disse, faleceu há 8 anos. Meu pai, um homem com 86 anos, embora apenas com curso secundário, mas um homem letrado de tanto que leu durante a sua vida.

Volto a usar deste microfone, desta tribuna, para dizer ao Doutor Rosinha que nós temos por hábito, na minha casa, não levar desaforo para casa e nós somos filhos de um pai que sobretudo busca preservar a nossa liberdade e a nossa independência. O que eu não posso aceitar, meus irmãos Deputados é que às vezes, uma palavra mal colocada, dói mais do que uma bala saída de um cano calibre 38. Se alguém da minha família devesse alguma coisa, eu não teria coragem de subir aqui pela segunda vez e se não foi aquele repto, colocando o meu cargo, o meu mandato à disposição de quem quer que seja, desde que se comprove e se prove que meu irmão de sangue tivesse desviado qualquer valor, na condição de Diretor Administrativo do DECOM, eu renunciaria ao meu mandato.

Agora, não posso aceitar que pessoas outras por aí, pela imprensa, como já acontecera há 4 anos atrás, e eu não tenho nada que ver com a briga dos homens que atuam na área de saúde. Eu sou Bacharel em Direito, gente! Eu não estou preocupado se vão ocupar o cargo de Secretário ou de Chefe do INAMPS ou Diretor Geral.

Eu fui relator e com a maior tranquilidade eu fiz um relatório diante dos fatos, dos depoimentos e dos documentos que me foram apresentados e eu não tenho bola de cristal. Quantas CPIs se fizeram aqui? Qual delas chegou ao seu destino? Ainda agora, Deputado Bona Turra, tivemos uma CPI dos Bombeiros. Eu quero ver até onde ela vai chegar. O Doutor Rosinha foi Presidente da comissão dos bombeiros!

Eu tenho relatório, devidamente formalizado, assinado por todos os Deputados que participaram na condição de membros

daquela CPI. Agora, mais uma vez quero dizer, estou ficando de cabelos brancos, cabelos grisalhos, mas não esqueço de tudo aquilo que aconteceu, nós tivemos duas CPIs. Não estou aqui defendendo o Deputado Federal Delcino Tavares, estou usando a palavra em defesa da honra e da dignidade da minha família, sobretudo meu irmão. Nós tivemos duas CPIs, uma envolvendo o nome do hoje Deputado Delcino Tavares, e uma outra CPI que talvez não tenha chegado ao final, esta sim talvez não tenha tido o relatório, que foi a CPI envolvendo o nome do Doutor Manoel de Almeida Neto, agora, a CPI da qual eu fui relator, o prazo inicial era de apenas 90 dias. Várias, várias e várias reuniões, mais de vinte, mais de vinte depoimentos. Ela durou de abril de 1989 a junho de 1990, portanto, 14 meses, logicamente que objetivando afastar da diretoria o Doutor Aiex, na época Presidente da Associação Médica, botando mel no ventilador, não o Deputado Djalma não pode ser o relator, não pode continuar nessa condição porque seu irmão é o Diretor do DECON, e o DECON é devedor. Os Senhores sabem o que fiz, imediatamente comuniquei ao Governador, na época, Governador Álvaro Dias para que procedesse uma auditoria nas contas do DECOM, mais especificamente naquilo que o Doutor Aiex se manifestava naquela ocasião. Como também requeri, na condição de relator, junto ao Tribunal de Contas do Estado uma auditoria, e como relator, para que pudesse elaborar o relatório final eu também requeri ao Tribunal de Contas uma outra auditoria de uma forma geral sobre tudo aquilo que havia sido denunciado.

Doutor Rosinha, Vossa Excelência esteve presente lá, com os depoentes, quando se tentou argüir aquela suspeição do relator, eu imediatamente requeri ao Tribunal de Contas e ao Governador auditoria daquilo que havia sido. Agora, acho que não porque alguém fala alguma coisa, Deputado Nereu, eu vou me amedrontar, entregar o ouro para o bandido, vou embora para casa, pelo contrário, daqui não saio daqui ninguém me tira. Eu sou acostumado a enfrentar os fatos, o que é que fiz, além das auditorias que requeri, eu novamente intimei o Doutor Aiex, como intimei o meu irmão de sangue, como intimei o Diretor Técnico do DECOM, Diretor Presidente, Diretor Geral na época, Doutor Hueder, para que eu pudesse proceder na frente de todo mundo, da imprensa que se fez presente naquela oportunidade uma careação (ou acareação), e esta careação foi feita, Senhor Presidente, e na hora do pega para capar o Doutor Aiex disse, mas eu não tenho nada contra teu irmão, falaram por aí, eu não falei nada. É muito fácil falar.

Então, Doutor Rosinha, eu respeito

Vossa Excelência, continue na sua briga, nessa sua luta incansável em favor da democracia brasileira, em favor da moralidade pública. Agora, acusar o meu irmão só porque ele era Diretor Administrativo, um homem que tem 20 anos de carreira, que ingressou no concurso público no Governo Jaime Canet Júnior, Deputado Colombino Grassano, só porque o meu irmão é Diretor Administrativo e é o terceiro homem na escala hierárquica do DECOM, Diretor Geral, Diretor Técnico, que foi chamado a assinar um convênio com a Secretaria da Saúde para reforma de postos de saúde aqui na região litorânea, cuja obra sequer, não sei, não foi construída porque a própria Secretaria da Saúde, à época, pediu que, após a elaboração dos projetos técnicos, não se construísse mais.

O que eu fiquei magoado, Deputado, é que Vossa Excelência assinou eu acho que um artigo na imprensa e lá nas entrelinhas dizia: não sei, não sei o quê, não citando nome. A carapuça para mim não serve, mas também não posso levar desaforo para casa.

Então, veja bem, o Doutor Mauro Goulart que veio depois para depor e, logo depois, passou a ser Diretor Geral da Secretaria de Saúde do Estado, que tem como Secretário hoje o Doutor Nizan. E aonde está o Doutor Goulart hoje? Está em Brasília. Naquela ocasião era contra o Delcino, mas foi diretor-geral logo em seguida. Parece-me também que já estão tentando envolver o nome do Doutor Nizan.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Então, eu quero, agradecendo a atenção de Vossa Excelência Senhor Presidente, dizer que eu falo com a maior tranquilidade. Eu sei que, talvez, dentro da força da palavra da expressão as coisas são mal colocadas, mas eu poderia perfeitamente, Senhor Presidente, dizer que a mãe de Vossa Excelência não presta. Qual seria a sua reação? Qual seria a sua reação?

O Sr. Bona Turra - Permita-me, Deputado Djalma, um breve esclarecimento?
(Assentimento)

Tudo aquilo que, eventualmente, tenha sido objeto de convênio do DECOM como interveniente a Saúde e o município e que não tenha sido executado, não estornado ao Estado devidamente corrigido pelo município, com certeza, é elemento constante de relatório gerencial emitido pelo Departamento de Obras e objeto de sistemáticas notificações, inclusive, de diversos ajuizamentos de ações...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - V. Exa., Deputado Djalma, está falando no Horário do Partido Social Democrático cedido pelo Deputado Alceu Swarowski.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Cedemos o horário do Partido Progressista, se assim o desejar o ilustre Deputado Djalma de Almeida César.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - O Deputado Djalma já usou o horário do Partido Progressista, ilustre Deputado Manfrinato.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Sr. Presidente, só para concluir.

Eu peço a V. Exa., Deputado Doutor Rosinha, esqueça o Djalma e o meu irmão Antonio Carlos. Continue a sua luta, a sua briga com o Dr. Delcino. Já tivemos duas CPI's, eu lhe quero bem.

Se estou falando aqui, como eu disse, é porque eu não tenho por que me preocupar, mas não quero levar desaforo para casa. Eu nem quero mais falar nisso. Se o meu relatório não foi perfeito é porque até a ocasião da elaboração, da conclusão do relatório, documentos outros não me foram apresentados.

Veja bem, Dr. Rosinha, talvez nessa CPI presidida por V. Exa., V. Exa. não teve tempo suficiente, nem o relator, para fazer o relatório mais adequado aos acontecimentos. Quem sabe daqui a três meses surja um fato novo?!

Então, eu quero aqui, mais uma vez, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer que eu o escrevi lá atrás, na condição de relator, foi em razão daquilo que eu ouvi e vi através de documentos recebidos, eu elaborei o relatório que foi devidamente formalizado, assinado por todos os Srs. membros integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da época e os documentos estão aí para mostrar a quem quer que seja.

Agora, eu quero lembrar mais uma vez que nós tivemos duas CPI's e não confundamos aqui: uma do Delcino e a outra, na sequência, Dr. Manoel de Almeida Neto da qual eu não fiz parte nem como relator, tampouco como membro daquela comissão.

Com relação ao Dr. Aiex, que é coisa passada também. Na ocasião, tentando me intimidar tentou envolver o nome do meu irmão.

O meu irmão processou o Dr. Aiex e ele foi condenado a quase 15 meses de detenção.

Não está na cadeia porque é réu primário.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Apenas para fazer um reparo ao que citou o Deputado Djalma de Almeida César com relação às duas CPIs. Ele falava que a outra CPI parece que não teria chegado ao seu final. Na verdade a CPI que envolveu o ex-secretário Manoel de Almeida Neto foi a única CPI que chegou ao seu final nessa Casa até hoje. Foi a CPI que no seu relatório final foi encaminhado ao Ministério Público e depois à Polícia Federal na qual o ex-secretário Manoel de Almeida Neto responde processo na Polícia Federal. Então, esta CPI chegou ao seu final com resultado apontando inúmeras irregularidades.

Apenas um reparo nesse sentido.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O Deputado Djalma de Almeida César no uso da palavra expôs que foram feitas auditorias, que os relatórios estão assinados. Então, eu solicito à Mesa que localize esses documentos dentro da Assembléia Legislativa porque os documentos que se encontram são ilimitados.

Estive nos arquivos desta Casa verifiquei todos os arquivos, o que encontrei são atas e o relatório final. Algumas das atas não assinadas. O relatório final não assinado. Não encontrei nenhuma auditoria do Tribunal de Contas, não encontrei notas taquigráficas, não encontrei documentos que foram encaminhados e anexados. Portanto, solicito à Mesa Executiva que localize esses documentos porque senão vai até se imaginar no futuro que nem CPI houve.

Pode ocorrer se algum dia um historiador for fazer um levantamento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Horário das lideranças, PDT, palavra com a Deputada Emilia Belinati.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos denúncia, ontem, através de carta escrita por interno, que na "Queiroz Filho" o tratamento, por parte dos chamados agentes educacionais, é feito à base de pancadaria e tortura.

Constatamos, então, que a simples mudança de nome - de Queiroz Filho para Educandário São Francisco de Assis - não foi capaz de impedir a prática de velhos e condenáveis métodos. E, mais uma vez a unidade se mostra desumana e despreparada para cumprir seu papel.

O interno em sua carta denuncia o seguinte:

"Queiroz Filho, 28 de maio de 1993.

Nesta carta eu gostaria que soubessem como somos tratados. No dia 27 de maio, uns alunos tentaram uma fuga e não conseguiram. Os guardas quase mataram eles, que

ainda por cima são obrigados a dormir no piso nu. E molham todos eles.

Duas semanas atrás, fizeram todos os alunos ficar com a cabeça baixa, no meio dos joelhos, desde as 8 até as 11 horas, e se alguém se recusasse, eles davam pauladas na cabeça.

Estão tratando todo mundo sem nenhum tipo de respeito. Tem uns três guardas que vêm bêbados e querem que todo mundo se levante à meia-noite e fique no corredor com as mãos na parede e nas pontas dos pés.

E também tem os monitores, que são alunos que ficam como guarda, batem em aluno. Na segurança, eles às vezes são piores que guardas. Eles são escolhidos pelo chefe da segurança e pelo diretor e se algum aluno não obedecer esses monitores, o major-diretor dá ordem pra quebrar a gente no pau. Isso ele diz de manhã, quando conversa com a gente."

Não é a primeira vez que esses fatos são revelados. Em muitas outras ocasiões a "Queiroz Filho" freqüentou o noticiário pela mesma situação. O atual diretor da unidade assumiu logo após uma rebelião, através da qual os internos protestavam contra os maus-tratos.

Houve promessa nesse Governo de fazer da Queiroz Filho uma "Unidade Modelo", no sentido de ressocializar os menores infratores que para lá são encaminhados pela Justiça da Infância e da Adolescência.

Hoje no Educandário estão 175 internos, na faixa de 13 a 18 anos, em sua maioria por furto ou roubo.

Certamente que esse grupo de adolescentes necessita de tratamento especializado, mas entre as técnicas de reeducação não podem continuar figurando as manifestações de violência, por parte de quem tem a função de protegê-los.

Juntamente com o Deputado Florisvaldo Fier, estamos pedindo hoje, através da Assembléia Legislativa, informações à Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e também providências ao Ministério Público, quanto a esta situação.

Soubemos através da Gazeta que o Secretário Durval Amaral abriu sindicância para apurar a denúncia de maus-tratos na Queiroz Filho.

Isso não invalida a iniciativa de pedir informações à Secretaria do Trabalho e Ação Social.

É a oportunidade que nós parlamentares temos de identificar a situação da Unidade e conhecer os resultados daquela investigação.

Não podemos permitir que no Paraná tais atos fiquem impunes.

O Estado tem a obrigação de rever a sua política de atendimento nessa área.

Um bom começo é promover o treinamento e a reciclagem dos funcionários que pres-

tam serviços, especialmente nas unidades sociais.

Tem que mudar a filosofia de trabalho, tem que mudar o tratamento.

Educandários como o "São Francisco de Assis" não podem ser sinônimo de maus-tratos e violência oficiais, tendo com vítimas adolescentes, cujo maior delito é serem pobres. Obrigada!

Concedo aparte ao Deputado Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço a Vossa Excelência, Deputada, e gostaria que me desse o nome, se possível, de quem é o denunciante da carta.

A SRA. EMILIA BELINATI - Senhor Deputado, a denúncia foi feita por um dos internos da instituição e não nos é permitido divulgar o nome do interno.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas então esta carta é anônima? Seria isso?

A SRA. EMILIA BELINATI - É de um dos internos, Deputado, como Vossa Excelência sabe se eles apanham ou o tratamento que eles recebem dos chamados "educadores" é na base da paulada, como ele escreve nesta carta e outras denúncias já foram feitas através de jornais, de que o tratamento para com estes menores é feito desta forma.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência há de lembrar de que as cartas anônimas, elas não têm nenhum valor jurídico. Sempre analisei, ilustre Deputada, de que as cartas no anonimato é a arma dos covardes e Vossa Excelência há de lembrar muito bem, de que quando assumimos o mandato aqui, quantas e quantas cartas anônimas, inclusive falando de Vossa Excelência, cartas que minha esposa recebeu - também anônimas - no nosso apartamento aqui em Curitiba, acho que nós não podemos principalmente envolver uma estrutura como a Assembleia Legislativa do Estado, quando temos nesta Casa, uma Comissão de Segurança, apesar de que mantenho a minha posição de que carta anônima não merece nenhuma consideração; acho que a Presidência desta Casa, deverá sim, aceitar a denúncia de Vossa Excelência - acho isso válido por parte de Vossa Excelência - mas lamentavelmente, quando se trata de anonimato, não há razão nenhuma de envolvermos a Casa, quando temos a Comissão de Segurança nesta Casa.

A SRA. EMILIA BELINATI - "O Estatuto da Criança e do Adolescente", não permite, e deve ser resguardado em nome da criança e do adolescente.

É "O Estatuto da Criança e do Adoles-

cente" que prevê.

Acredito que esta Casa é aquela que deve estar atenta às denúncias que lhes são apresentadas e outras denúncias que têm chegado ao nosso Gabinete com relação a maus tratos na Queiroz Filho.

Nós não estamos dizendo que está acontecendo, estamos exatamente pedindo ao Secretário de Estado que verifique, que nos informe qual é o tratamento que é dado a essas crianças e encaminhando ao Ministério Público para que tome providências, inclusive no sentido de averiguar se é real ou não essa denúncia.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Então, Vossa Excelência entregaria ao Secretário de Segurança o nome real para que possam ser apurados os fatos, é isso?

O Sr. Doutor Rosinha - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte.

Quero dizer a Senhora e aos demais Deputados desta Casa, que o próprio Secretário da Justiça, José Tavares, estimula que os detentos das prisões façam cartas sem ter assinatura, que ele recebe as denúncias.

E o Estatuto, como bem a Senhora lembrou, protege o menor.

E se esse menor não assina - tenho uma outra carta assinada pelo Senhor Deputado, pelo Fórum Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, onde relata e faz três tipos de denúncias: "Precariedade da condição de trabalho, precariedade de recursos humanos e violência". Inclusive teve um dos funcionários que denunciou a violência sendo demitido.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Senhora Deputada, o comportamento de Vossa Excelência - Vossa Excelência é portadora de um mandato parlamentar - a sua conduta nesta Casa e o respeito que deve merecer de todos os Senhores Deputados, não exige que Vossa Excelência possa apresentar qualquer nome.

Basta Vossa Excelência apresentar uma denúncia, para que esta denúncia seja vista pelos Senhores Deputados com respeito e com alta responsabilidade, porque Vossa Excelência, nesta Casa, tem se comportado de maneira a merecer só elogios porque tem coragem, defende o menor, defende o adolescente, é defensora das nossas instituições, das nossas Universidades, e acima de tudo é credora do nosso respeito.

De modo que o Senhor Deputado, apesar da estima que tenho pelo Deputado Manfri-

nato, acho que ele não foi feliz, porque partindo de Vossa Excelência, qualquer declaração tem que ser aceita sem discussão pela Assembléia Legislativa.

A SRA. EMILIA BELINATI - Obrigada pelo aparte.

Só para concluir, Senhor Presidente, entramos em contato com o Doutor Olímpio Sá Sotto Maior, Promotor da Vara da Criança e do Adolescente, e ele também já recebeu denúncias de que as crianças na Queiróz Filho têm sofrido agressões e espancamentos.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, como meu nome foi envolvido, apenas queria dizer ao Deputado Colombino Grassano de que não apliquei o "AI-5" na ilustre Deputada Emilia Belinati; apenas discordei de uma denúncia que não tem origem.

Porque estou cansado de ver nesta Casa denúncias que não têm fundamento. Eu disse apenas que temos uma Comissão de Segurança nesta Casa, que poderá fazer uma avaliação, não disse que sou contra tomar alguma posição, de verificar se é realmente verdade.

Mantenho a minha posição contrária em relação às cartas anônimas. Se a Deputada assim entender, que cartas anônimas têm validade, deixo para ela avaliar.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A questão de ordem consiste em esclarecer uma matéria que já está resolvida pela Constituição Federal e também pela Constituição do Estado - dispositivo aliás, de que me valeu recentemente quando denunciei a operação Paraguai, que vinda de fonte que não poderia ser identificada - nem por isso deixava de ser válida.

Portanto, constitui prerrogativa parlamentar da Deputada Emilia Belinati trazer à consideração dos Senhores Deputados - e nem precisava haver uma carta, apenas a palavra parlamentar é suficiente para que o Pedido de Informações seja votado, aprovado, e tenha a Secretaria de Estado do Trabalho, o dever de, de imediato, esclarecer e adotar as medidas de lei, como também a Promotoria Especial de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, já em curso, tenha medidas adotadas para que nós tenhamos naquele Centro Correcional, de fato, as ações que são as ações exigidas por um Governo Democrático e que tem compromissos com a garantia dos direitos humanos.

Constitui, portanto, Deputado Manfri-

nato, prerrogativa parlamentar, a palavra apenas é suficiente e nem precisa o Parlamentar declinar o nome ou a fonte de onde obtém as informações e para isto as prerrogativas asseguradas na Constituição Federal e também do Estado são suficientes para dar plena validade, validade e eficácia às denúncias seriíssimas, graves, apresentadas pela Deputada Emilia Belinati e que merecem pronto esclarecimento por parte da Secretaria do Estado do Trabalho, do Governo do Paraná e de todas as forças democráticas interessadas no curso do processo político e institucional e na garantia de que o Estatuto da Criança seja de fato cumprido. É esta a questão de ordem que vale para esta matéria, como também para as matérias anteriores e posteriores que venham a ser apreciadas por este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Honorário das Lideranças. Bloco Parlamentar Independente. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu acho de fundamental importância a denúncia da Deputada Emilia Belinati e eu também tenho recebido constantemente essas denúncias no meu programa de televisão.

E eu acho de fundamental importância também, eu conversava semana passada com uma pessoa que eu aprendi a respeitar muito na minha vida, chama-se Herbert Soares Vargas, e eu junto com o Dr. Herbert, na semana passada, nós estamos elaborando um projeto, inclusive vai para a mão da Lúcia que me presta assessoria parlamentar nesta Casa, de se criar o Centro da Vida numa área rural onde esse centro poderia acabar com essa Escola Correcional Queiróz Filho.

Eu acho de fundamental importância esse Centro da Vida numa área rural, onde a criança possa ter uma assistente social, ter uma psicóloga, ter advogados, ter pastores evangélicos, ter padres, ter todos os credos e todas as religiões. O importante é recuperar a criança. O importante é educar a criança. O importante desse Centro da Vida é fazer com que haja cursos profissionalizantes para que essa criança, ela possa sair desse Centro da Vida como pretende essa Escola Queiróz Filho, mas que lamentavelmente não é colocado em prática.

Está certa a Deputada Emilia, está certo o Deputado Bona Turra, está certo o Deputado Dr. Rosinha, está certo o Deputado Colombino Grassano e todo este Parlamento. A denúncia é válida. Não é só importante nós acatarmos a denúncia da Deputada Emilia Belinati. Nós teríamos que ir mais além da denúncia. Nós teríamos que aprofundar com o eco da voz da Deputada

Emília Belinati. Nós teríamos que caminhar para a frente, caminhar para o ano 2000. Nós não podemos ficar parados com essa Escola Correccional. Eu nunca ouvi falar na minha vida que escola correccional salva qualquer dependente da marginalidade. Eu nunca ouvi falar na minha vida, que cadeia salva o preso. Não existe isto, nem nos países de primeiro mundo. Eu nunca ouvi falar. Não admito que me falem isto: que escola correccional vai fazer com que o jovem venha para as ruas se reintegrar à sociedade. Isto é cascata. Isto é balela. Isto é uma afronta contra a minha inteligência, contra a inteligência deste Parlamento e contra a inteligência de toda a família brasileira do Estado do Paraná. Porque é brincadeira! Leva-se os menores para uma escola correccional, de vez em quando tem lá um instrutor que vem chapado da cabeça de casa, porque ganha um salário arrasador, violentador ou vem lá um cidadão que é enviado pela polícia para tomar conta, também chega com os seus problemas, porque tem uma série de problemas em casa, e vai desabafar em cima da criança, como diz a carta, que ele é obrigado a ficar meia noite com as mãos na parede e na ponta dos pés. Ora, fora a maconha que corre, fora a cola e outros derivados tóxicos.

Então eu acho que está na hora de nós crescermos um pouco neste País, está na hora de nós evoluirmos meu Deus do céu. Está na hora de nós criarmos um Centro Ocupacional e acabar com esse negócio de escola correccional.

Não adianta nós ficarmos aqui o dia inteiro debatendo, falando. Temos que construir, pegar o orçamento do Estado e ver o que nós vamos fazer. Vamos escolher uma escola, vamos construir um Centro da Vida, vamos trazer gente boa que tem em Curitiba, em Arapongas, que tem em Londrina, que tem em Cianorte e em tantos outros lugares neste Estado, que tem em Toledo, em Ponta Grossa. Vamos trazer gente nova, vamos acabar com o vício, vamos buscar psicólogos, assistentes sociais.

Quantas assistentes sociais são formadas nas Universidades do Estado na área federal ou estadual. Elas se formam e às vezes vão vender cachorro-quente, porque não têm profissão. Quantos professores de Educação Física, como a minha esposa que dá aula, sofre. A minha senhora trabalha com a criança e isso eu provo. A minha senhora ajuda, como professora de Educação Física, pega a criança, desde pequeninha para jogar vôlei, para praticar qualquer modalidade de esporte e chega em casa e diz para mim: "hoje eu vi que a criança está com um problema muito sério dentro de casa e a criança trouxe para a quadra o problema que tem dentro de casa".

Então, nós poderíamos trazer os pro-

fessores de Educação Física, trazer os psicólogos. Quantos psicólogos, Deputado Luiz Carlos Zuk, são formados nas Universidades e estão passando fome no Paraná e no País. Então não custa nada nós acabarmos com essa desgraça chamada Queiroz Filho. Isso é uma desgraça! A Deputada Emília está certa. Tem que acabar com isso. Criar Centros da Vida, como já existe em São Paulo.

Olha, os Senhores vão me perdoar. Eu não sou do PDT, não sou de partido político nenhum, mas eu admiro quando uma pessoa planta uma idéia bonita como o Governador Leonel Brizola plantou no Rio de Janeiro. Ele plantou o CIAC. A criança vai cedo, Deputado Colombino, e sai à noite. Ela tem dentista, ela tem educação física, ela tem professores, ela tem alfabetização, ela tem educação, ela tem tudo isso.

Eu votei num diabo de homem chamado Collor, corri o Paraná inteiro com essa desgraça e ele prometeu que ia fazer isso, fazer aquilo. Não fez nada, a não ser roubar.

Então, o que nós precisamos neste País? É construir escolas integrais, onde a criança entra cedo e sai à tarde, porque a maioria das crianças brasileiras, e se o Senhor for agora à Londrina, num sábado, a Deputada Emília é testemunha, na frente da Folha de Londrina, sai o vapor debaixo da calçada, que vem das máquinas da Folha de Londrina. As crianças deitam em cima das grades para se aquecer, porque não podem voltar para casa, porque têm problemas em casa, porque sofrem várias formas de violência em casa.

Então eu acho de fundamental importância Senhores, nós criamos no Paraná, idéias. Idéias são idéias, que eu estou dando ao Governo do Estado, criar o Centro da Vida. Tirar essas crianças, educá-las, reintegrá-las à sociedade. É a única maneira de acabarmos com esse círculo vicioso, Deputada Emília, círculo que a Senhora denunciou aí.

Eu estava no meu gabinete atendendo a miséria que está batendo à minha porta, e eu estava analisando: isto é um círculo vicioso e isto não vai acabar hoje, amanhã nem nunca, se nós não criarmos vergonha na cara e votarmos conscientes em homens que queiram realmente fazer alguma coisa pela criança brasileira do Estado do Paraná.

É uma idéia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PTB.

Havendo declinado, Liderança do PFL.

Havendo declinado, está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Senhores Deputados.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Para registrar a presença de dois empresários de Guaraniaçu, Magnante e Fábio Tessaro, que com seu trabalho ajudam a construir aquela cidade do centro-oeste do Paraná mais pujante, fraterna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Ofício n° 470/93, subscrito pelo Senhor Procurador Geral de Justiça em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva autorizar o Procurador-Geral de Justiça a conceder reajuste de vencimento aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, no mês de julho do corrente exercício. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 1242/93, subscrito pelo Senhor Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal, a partir do mês de julho próximo. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 064/93-GP, subscrito pelo Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando providências da Presidência da Assembléia. Será examinado pela Comissão Executiva.

Ofício n° 1596/93/GAB/SETA, subscrito pelo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, constante do expediente, encaminhando informações complementares ao processo de abertura de crédito suplementar no orçamento da FASPAR. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 066/93, subscrito pelo Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, comunicando que durante o recesso parlamentar do mês de julho, estará ausente em função de viagem ao exterior. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 014/93, subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência durante o recesso parlamentar de julho, por motivo de viagem ao exterior. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 022/93, subscrito pelo Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 23 e 24 do corrente mês, em virtude de viagem a Brasília. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência

nas Sessões Plenárias dos dias 28 e 29 do corrente mês, em função de viagem aos municípios de sua região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 169/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando votação em bloco, dos projetos dos Senhores Deputados que tratem de declaração de Utilidade Pública e Título de Cidadania Honorária. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 169/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Florai, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EMENDA da C.C.J.. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI N° 169/93

O art. 1° do Projeto de Lei n° 169/93 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Florai, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com as respectivas benfeitorias, localizado na Cidade de Florai, caracterizando-se como lotes de terras n°s 20 e 21 da quadra n° 40, com área de 468 m² (quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados), e 396 m² (trezentos e noventa e seis metros quadrados) respectivamente, transcritos sob n° 13.703 às fls. 82 do livro 3-0 e n° 2656 do Livro 2 do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 24.06.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: Renato Adur, Luiz Carlos Martins, João Iensen, Luiz Carlos Zuk e Júlio Bifon.

JUSTIFICATIVA:

Com o recebimento das duas Certidões do Cartório de Registro de Imóveis, e para melhor caracterizar a redação do artigo 1° do Projeto n° 169/93 de nossa autoria, resolvemos apresentar o presente Substitutivo Geral, dando nova redação do artigo 1°, permanecendo os artigos 2° e 3° com a mesma redação.

Requeiro, para facilitar o andamento do projeto, seja este juntado ao mesmo.

Aprovado, artigo por artigo.

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfredino, solicitando votação em bloco, acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 113/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Alto Piquiri. Com PARECER FAVORÁVEL da

C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 269/92, de autoria do Deputado José Tavares, concessão de Título de Cidadania Honorária ao Senhor Zaki Khouri. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 349/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã de Atendimento ao Menor - ACRAM - Lar dos Meninos Nova Era. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 411/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que declara de Utilidade Pública a Cruzada Evangelística Ide e Pregai, com sede e foro na Cidade de Paranaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 149/93, de autoria do Deputado Aílton Genari, que declara de Utilidade Pública o CEMPAS - Centro Maripense de Promoção e Assistência Social de Maripá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 153/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a "Comunidade Evangélica de Libertação - CEL", com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 158/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que declara de Utilidade Pública a Associação Rionegrense de Assistência ao Idoso. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 165/93, de autoria do Deputado Dalton Machuca, que declara de Utilidade Pública a "Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 038/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano, dispõe sobre a construção de creches e postos de saúde nos programas de

habitação popular financiados ou com recursos do orçamento do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.O.. Com EMENDA da C.F.. APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO. Emenda. Aprovada. Projeto. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 012/92, de autoria dos Deputados Algaci Túlio e Plauto Miró Guimarães, que dispõe sobre a comercialização e utilização do adesivo químico de contato à base de borracha sintética natural e solvente aromático. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C. e C.S. ANEXADO O PROJETO DE LEI N° 015/92, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 033/92, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que institui no âmbito da Administração Pública a Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor, sob a sigla CNVDC, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, com apoio dos Srs. Deputados Lourenço Fregonese, Ademar Traiano e Plauto Miró Guimarães, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 033/92
EMENDA DE PLENÁRIO

Art. 1° - ...

Parágrafo Único - A CNVDC será exigida, também, pelas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 2° - ...

Parágrafo Único - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, regulamentará, por ato próprio, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente lei, os procedimentos administrativos necessários à emissão da CNVDC.

Sala das Sessões, em 24.06.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Lourenço Fregonese, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A inclusão das entidades fundacionais entre as elencadas no art. 1°, parágrafo único do projeto original justifica-se na medida em que a transformação das fundações em autarquias ainda não está regulamentada, podendo desta lacuna decorrer fuga ao comando legal.

Quanto às tarefas regulamentadoras cometidas ao Poder Executivo, através do órgão secretarial competente, pretende-se o detalhamento da lei no sentido de sua aplicação aos casos concretos da vida administrativa do Estado.

O Projeto retornará à Comissão de Constituição e Justiça.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 065/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que considera Área Especial de Interesse Turístico, o Balneário de Caiobá, situado no Município de Matinhos, no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 065/92.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 198/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que proíbe a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral e dá outras providências. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.S.P. e FAVORÁVEL da C.F. SUBSTITUTIVO GERAL com PARECER FAVORÁVEL da C.F. (Publ. no D.A. n° 99 de 29.06.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 198/92

PARECER:

O Projeto de Lei n° 198/92, de autoria do nobre Deputado Florisvaldo Fier, tem como finalidade proibir a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral, por parte dos integrantes da Polícia Civil e Militar, bem como de empresas de segurança ou vigilância, em treinamento ou operação, em todo o território do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Verificando a Legislação que trata da matéria, constata-se que a Constituição Federal, em seu artigo 22, XXI, traz o seguinte: "Compete privativamente à União legislar sobre: XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização de polícias militares e corpo de bombeiros militares". (O grifo é nosso).

Confrontando o dispositivo constitucional acima exposto, com o Projeto de Lei ora em questão, chega-se à conclusão de que o dito projeto é inconstitucional, pois trata de matéria de competência exclusiva da União.

Diante do exposto, nosso parecer é

contrário, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.10.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 198/92

AUTOR: DEPUTADO FLORISVALDO FIER

SÚMULA: Proíbe a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral e dá outras providências.

O Plano de Lei recebeu pareceres contrários na C.C.J. e na Comissão de Segurança Pública.

Cabem, no entanto, as seguintes ponderações:

1) Efetivamente, é da competência privativa da União, na forma do Art. 22, XXI, da Constituição Federal legislar sobre normas gerais e organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização de polícias militares e corpo de bombeiros militares. (Grifos nossos).

Logo, é inconstitucional a matéria como proposta, nesta parte, por invasão de competência exclusiva de outro nível de governo. A questão em pauta, também vem disciplinada no Decreto 64.710, de 18 de junho de 1969; Decreto Lei n° 2.010, de 21 de janeiro de 1983 e no Decreto Lei 667 de 02 de julho de 1969.

2) No que tange, por outro lado, à Polícia Civil, entendemos, que a pretensão não esbarra em nenhum óbice constitucional, legal, regimental ou de técnica legislativa. Somos por consequência, de parecer favorável, à aprovação no âmbito somente da Polícia Civil.

É o parecer, "Sub Censura", na forma da emenda substitutiva geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 28.10.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SAWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 198/92

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1° - Fica proibida a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral por integrantes da Polícia Civil, bem como de empresas de segurança ou vigilância em treinamento ou operação, em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2° - O integrante da Polícia Civil que descumprir a presente Lei, seja autor ou responsável, será suspenso por 30 (trinta) dias, sem remuneração. Se a infração for cometida por funcionário de empresa de vigilância ou segurança, à mesma

será aplicada multa de 1.000 (hum mil) UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná), pela Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo Único - A constatação de reincidência implicará no desligamento do Policial Civil, autor ou responsável pela ordem e, tratando-se de empresa de vigilância ou segurança na aplicação em dobro da multa prevista no "caput".

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.10.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 198/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Florisvaldo Fier, tem por finalidade proibir a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral, por parte dos integrantes da Polícia Civil e Militar, bem como de empresas de segurança ou vigilância, em treinamento ou operação, em todo o território do Paraná, e dá outras providências.

Não se pode negar que o nobre Deputado tem toda razão, e é merecedor de total apoio da população, ao tentar proibir o uso destes materiais perigosíssimos em nosso Estado. Acontece porém, que a Constituição Federal é clara ao dizer que a competência para a matéria é exclusiva da União, como já disse a Comissão de Constituição e Justiça.

Diante do exposto, de acordo com a Comissão de Constituição e Justiça, o nosso parecer é contrário, opinando-se pela rejeição do projeto ora em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

Há Substitutivo Geral que será apreciado em segunda discussão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 219/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar penitenciárias nas áreas rurais do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. Aprovado. (Publ. no D.A. 115 de 13.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 219/92

P A R E C E R:

Trata-se de oportuno e meritório projeto do companheiro Deputado Luiz Carlos

Alborghetti, profundo conhecedor do problema e que vem oferecer a todos nós um projeto inteligente, que autoriza o Poder Executivo a tentar resolver o sério problema dos presídios e sua população excessiva, com criação de unidades penitenciárias nas áreas rurais.

Não encontramos nada que possa criar embaraços de ordem legal e por consequência, somos de opinião favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 219/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 219/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, é autorizador ao Governo do Estado proceder à criação de penitenciárias em áreas rurais do Estado.

Sob os aspectos estritos desta Comissão de Finanças, nada obsta à normal tramitação e aprovação do referido projeto nesta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 07.10.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 219/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, visa o projeto de lei ora em questão, autorizar o Poder Executivo a criar Penitenciárias nas áreas rurais do Estado do Paraná.

Analisando o projeto e sua justificativa, visualizamos o elevadíssimo valor social de seu conteúdo. É certo que o Sistema Penitenciário Estadual, principalmente a Penitenciária Central do Estado, e a Prisão Provisória de Curitiba, encontram o problema da superlotação; são presos vivendo "amontoados" e na ociosidade. A solução para estes problemas seria a construção de novas Penitenciárias; e nada mais conveniente do que a construção de penitenciárias rurais, pois vivemos em um Estado de economia voltada essencialmente para a agricultura.

Por tais fatos, não existindo qualquer óbice de caráter legal, regimental ou constitucional, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 235/93, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 020/93, que objetiva acrescen-

Curitiba, quinta, em 24.06.93

tar parágrafos ao art. 2°, da Lei n° 5515, de 15 de fevereiro de 1967 (LEI DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FDE). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 73, de 07.06.93 - Mens)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 235/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem n° 020/93, objetiva acrescentar parágrafos ao Art. 2°, da Lei n° 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, Lei do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 235/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 020/93, tem por finalidade acrescentar parágrafos ao art. 2°, da Lei n° 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, referente à Lei do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Analisando o aspecto financeiro do projeto, temos que nada impede que o presente plano de lei mereça aprovação dos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 262/93, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que altera o artigo 1° da Lei n° 9229, de 23 de abril de 1990 (Utilidade Pública). CENTRO DE PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO: "O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA", da Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 77 de 15.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 262/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, objetiva alterar o artigo 1° da Lei n° 9229, de 23 de abril de 1990.

Procedida a análise constitucional,

legal e regimental, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, encontrando-se em perfeitas condições de merecer apreciação do douto Plenário.

Nessas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do plano de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ROSSONI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 259/93, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, autoriza estudos e projetos de pontes internacionais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 77, de 15.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 259/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 259/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a proceder estudos e projetos destinados à execução de pontes que liguem o território do Estado do Paraná aos países vizinhos, nas áreas de fronteira internacional do Estado.

Como resultado do exame proferido, nada foi encontrado que pudesse apor obstáculos a normal tramitação do presente plano de lei por esta Comissão, e mais, o seu caráter meramente autorizatório, levam este relator a emitir parecer favorável à aprovação da matéria ora em pauta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 259/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar e projetos de pontes internacionais.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES

E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 259/93

P A R E C E R:

De autoria do Ilustre Deputado Anibal Khury, o projeto de lei em tela tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a proceder estudos e projetos de pontes internacionais.

A matéria foi analisada nos pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, que pronunciaram-se favoráveis à aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão Técnica, inexistente qualquer impedimento à sua normal tramitação.

Nestas condições, somos pelo parecer favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 031/91, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 031/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica aprovada a Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná relativas ao exercício financeiro de 1990.

Art.2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.05.91.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator
Apoio: Élio Rusch e João Iensen.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO N° 33/91

P A R E C E R:

A proposição em exame trata da prestação de contas do exercício financeiro de 1990 do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A matéria cumpre o disposto no Artigo 54, inciso XIX da Carta Magna Estadual.

Verificamos que a autoridade responsável pelo processo de Prestação de Contas, encaminhou os elementos exigidos de conformidade com a legislação em vigor, tendo a Inspeção Geral de Controle emitido a instrução n° 14/91, concluindo após analisadas as contas, sob o aspecto técnico contábil, encontrarem-se as mesmas de forma regular.

A douta Procuradoria na pessoa do Pro-

curador Antonio Nelson Calabresi, com o visto do Procurador Geral Doutor Horácio Raccanello Filho, opinou no Parecer n° 3736/91, pela aprovação das referidas contas.

A Resolução 1419/91, do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do relator, Conselheiro Cândido Martins de Oliveira, aprovou as contas daquele Tribunal, referente ao exercício de 1990, sob a Presidência do Conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira.

Do até aqui exposto, verificamos que a matéria foi exaustiva e suficientemente examinada, coletando os dados e os elementos necessários para a nossa apreciação.

Tanto do ponto de vista legal, regimental, ou constitucional, a matéria aqui tratada não encontra óbice algum que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Isto posto e, verificando-se a legalidade das contas prestadas emitimos o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.05.91.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimentos de n°s 2234 a 2236, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2188, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2174, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2176, 2179 e 2180, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2190, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 2189, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2191, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2156 a 2159, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2182, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-

toria Legislativa.

Requerimento n° 2187, de autoria dos Senhor Deputado Doutor Rosinha e Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2169 a 2171, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2163 a 2165, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2244 e 2245, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2238, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2241, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, por favor, dá para repetir novamente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Algaci Túlio - Requer encaminhamento de proposição ao Senhor Presidente da SANEPAR, relativo aos danos ambientais provocados pela mesma, no Município de Almirante Tamandaré.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno. Requerimentos n°s 2239 e 2240, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 2183 e 2184, de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati e do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. À Comissão de Segurança Pública, para estudos e averiguações do solicitado.

A SRA. EMILIA BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Eu não entendi. O Senhor transferiu os meus requerimentos para a Comissão de Segurança?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para a Comissão de Segurança.

A SRA. EMILIA BELINATI - Eu não entendi o porquê...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O despacho já estava feito.
Eu também não entendi muito bem.

A SRA. EMILIA BELINATI - Onde, no Regimento Interno, diz que um requerimento de Pedido de Informação deva passar antes por uma comissão e não ir diretamente, ser encaminhado ao Secretário, ao Ministério, como foram os casos dos dois requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acontece, nobre Deputada, que o pedido não é de informação. O pedido é de solicitação de providências ao Ministério Público.

A SRA. EMILIA BELINATI - Eu não entendi por que deve passar pela Comissão de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Bem, eu entendo, apreciando melhor o requerimento, que não é Comissão de Segurança Pública como estava no despacho anterior, é a Comissão de Justiça, por ser matéria de alta indagação, que pede providências ao Ministério Público e que deve ser examinada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos n°s 2193 a 2203, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2206 a 2231, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2151, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito o adiamento por mais 01 (uma) Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedido.

Requerimentos n°s 2160 e 2161, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2125, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão ante-

rior. **Encerrada a discussão.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Requeiro chamada nominal.
(É procedida a Chamada Nominal).

O SR. LUIZ H. BONA TURRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Questão de Ordem está em transmitir a Vossas Excelências, lamentável notícia de última hora da Agência Globo, recebida pela Editora de Economia do Jornal Estado do Paraná.

A Desembargadora Julieta Luz, do Tribunal Regional Federal da 2.^a Região, casou a liminar que suspendia o leilão das ações da ULTRAFÉRTIL e autorizou sua realização. O BNDES marcou o leilão para dez minutos depois de recebida a notícia.

Portanto, a decisão da lavra do Juiz Federal da 2.^a Vara Federal no Rio de Janeiro foi cassada pela Desembargadora Julieta Luz, do Tribunal Regional Federal da 2.^a Região, e mantida a privatização no interesse das grandes corporações multinacionais, no interesse do Governo empreguista, antinacional e antipopular, que insiste em manter contra o Paraná, o Brasil e os trabalhadores na agricultura a nefasta privatização da ULTRAFÉRTIL.

É a notícia, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há quórum para votação.

Não há matéria mais a ser discutida.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 169/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 198 e 219/92, 235, 239 e 262/93, e do Projeto de Resolução n° 31/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 233, 234, 236, 252, 253, 254, 255 e 277/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE JUNHO DE 1993.

**"Campanha de 89 para o prêmio da Sena
por três anos"**

Publicada no Jornal
"O Estado de São Paulo"

Para conseguir os US\$ 100 milhões que seu tesoureiro de campanha Paulo César Farias diz ter arrecadado, o ex-Presidente Fernando Collor precisaria ser o único contemplado da Sena durante três anos, sem falhar uma semana. O caixa amealhado por PC equivale a 163 prêmios como o que foi sorteado ontem - sem vencedor - de US\$ 612 mil.

Ser candidato à Presidência com PC como tesoureiro é um negócio mais rentável do que ser presidente. Se não tivesse sido afastado por corrupção, Collor estaria recebendo US\$ 4,2 mil mensais. Incluindo o décimo-terceiro, seria obrigado a desparchar no Planalto por 20 anos, sem gastar um centavo, para poupar 1% (US\$ 1 milhão) do que o organizador financeiro de sua campanha foi capaz de reunir. O total representa quase 1,8 mil anos no cargo de

presidente.

PC garantiu com empresários uma quantia que só com muito esforço os dois times finalistas do campeonato paulista de futebol, Palmeiras e Corinthians, conseguiriam. Juntar US\$ 100 milhões exigiria a realização de 275 jogos como a final que reuniu 104 mil pagantes no Morumbi, com renda de US\$ 363 mil.

O dinheiro reunido por PC Farias permitiu a Collor fazer uma campanha mais cara do que a do bilionário Ross Perot, que disputou com Bil Clinton a presidência dos Estados Unidos. Perot desembolsou US\$ 60 milhões, parte de sua fortuna, avaliada em US\$ 2 bilhões. O ex-presidente gastou US\$ 72 milhões do que arrecadou com empresários.

Com as contribuições eleitorais, Collor poderia dar dois salários mínimos a cada um dos 620 mil habitantes de Maceió, seu berço político, e ainda teria troco de US\$ 1,6 milhão. Poderia também brindar com um Fusca, dois em cada três dos 20 mil habitantes de Canapi, terra natal da ex-primeira-dama Rosane Collor.